

DEPOIS DE 4 MESES DE LUTA
18. NOV. 1974



Esquerda Socialista

Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 5 / 13 Novembro 1974 Preço 2\$50



A REACÇÃO DEMOCRÁTICA

Transcrevemos do «O Primeiro de Janeiro» de 20-10-1973, uma intervenção do candidato a deputado pela A.N.P. em Vila Nova de Gaia:

«O dr. Augusto Leite de Faria, referindo-se ao momento político nacional observou: «Todos têm presentes os temas mais insistentemente abordados pelos corifeus da Oposição.

Exigindo tudo nos domínios das liberdades individuais, supponho que nem a mais desenfreada libertinagem os saciará.

festadamente importada de Moscovo e de Pequim...»

E mais adiante: «Não pode conceber-se que, impudentemente, se desvirtuem e atraiçõem os altos interesses nacionais em crise, até ao ponto de se assistir à mais descarada campanha contra a guerra que, em sacrifícios de toda a ordem... de pessoas e de bens — nos vêm impondo nos nossos territórios ultramarinos terroristas comandados por interesses estrangeiros de inspiração vermelha.

O MES tem defendido, na sua conduta e intervenções, a luta anticapitalista concebida como expressão da luta de massas no caminho para o socialismo e não como actos isolados de mero desafio inconsequente.

Na passada segunda-feira a Juventude Centrista, sector do chamado Partido do Centro Democrático Social (C. D. S.) promoveu um comício no teatro S. Luis na sequência do qual se deram variados acontecimentos graves que a imprensa descreveu.

Perante tais factos entende a Comissão Executiva da Comissão Política Nacional do M. E. S. ser importante sublinhar o seguinte:

1. É imprescindível chamar a atenção dos trabalhadores portugueses para as características do referido Partido C. D. S., que não são de forma alguma centristas, como pretendem fazer crer.

Por um lado, compõe-se de elementos em grande parte altamente comprometidos com o depósito regime fascista. Por outro lado, o C. D. S. apareceu com a função de representar os interesses do grande capital que joga na «democracia» como melhor forma de, no presente momento, dominar a classe trabalhadora (que o fascismo já mal contém), e entretanto, vai simultaneamente apoiando os Partidos do Progresso e Liberal que organizavam grupos «especiais» de provocação armada.

Efectivamente o grande capital usa diferentes formas de dominação conforme a situação histórica concreta e, nesta frase de transição da sociedade portuguesa pretende dispor de diferentes meios de manter a exploração dos trabalhadores, dos quais o C. D. S. é a face «democrata».

C.D.S.
LARGO DO CALDAS, 5
LISBOA 2

LISTA DE FUNDADORES

- Adelino Amaro da Costa, 31 anos, Engenheiro, Vila, Lisboa
- Alberto Ralha, 53 anos, Químico, Engenheiro, V. N. Milfontes
- António Carvalhal, 48 anos, Médico, Coimbra
- António Norton de Matos, 36 anos, Engenheiro, Lisboa
- Arnaldo Celestino Santos, 51 anos, Advogado, Lago Verde
- Augusto Leite de Faria, 47 anos, Advogado, Felgueiras
- Basilio Horta, 20 anos, Advogado, Lisboa
- Carlos Madureira Teixeira, 32 anos, Jogador, Recife
- Diogo Freitas do Amaral, 32 anos, Professor Universitário, Póvoa de Varzim
- Helena Fátima Guedes da Paço, licenciada em História, Bibliotecária, Lisboa
- João António de Morais Leitão, 35 anos, Advogado, gestor de empresas, Covilhã

Continua na pág. 3

DEPOIS DE 4 MESES DE LUTA DERROTA DO PATRÃO

Reproduzimos um comunicado da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis de Lisboa, Lanifícios e Vestuário do Sul, data do de 7-11-74.

Os trabalhadores da fábrica «António Alves» de Torres Nova conseguiram uma importante vitória na luta que travavam de há quatro meses para cá.

Esta luta já foi relatada no nosso jornal «O Fuso», mas resumidamente dir-mos aqui, que foi uma luta concentrada essencialmente na proibição de despedimentos sem justa causa e na rescisão dos camaradas despedidos.

Na passada terça-feira foi assinado no Ministério do Trabalho um acordo entre estes camaradas e representantes da empresa, o qual esteve presente o nosso sindicato. Nesse acordo foi estabelecido o seguinte:

- 1 — Reabertura da fábrica em 11-11-74.
- 2 — Anulação dos despedimentos feitos depois do 25 de Abril.
- 3 — Pagamento de todos os salários em atraso, quer os relativos ao trabalho prestado, quer os relativos ao tempo de greve.
- 4 — Sancionamento de 18 trabalhadores. (Nota: estes trabalhadores, que sempre atraçoaram a luta dos seus camaradas).

5 — Não haverá mais despedimentos sem justa causa, pelo prazo de três anos. A apreciação de justa causa será sempre feita entre a entidade patronal e a Comissão de Trabalhadores.

6 — No caso de a entidade patronal não respeitar o acordado no n.º 5, o trabalhador receberá o triplo da indemnização prevista na lei a ser aplicada naquele caso concreto. O trabalhador, no entanto, poderá sempre optar, pela indemnização acima referida ou tornar a voltar à empresa.

O tempo de ausência ao trabalho, motivado pelo despedimento será sempre pago pela empresa.

Não são precisos comentários. A vitória destes camaradas, que souberam manter-se unidos e organizados, é uma vitória de todos nós.

A derrota do patrão António Alves, que já tinha dado um tiro de desespero na cabeça, foi também um grande tiro para todos os capitalistas reacçãoários!

Viva a classe trabalhadora!
A nossa união é a nossa força!

Os problemas e a nossa luta, são os mesmos de todos os trabalhadores. Só unidos organizados conseguiremos vencer!

Continua na pág. 3

Esquerda Socialista

- Faro/Braga Pág. 2
- Madinho: «Resineiro engraçado...» Pág. 3
- Itália: crise, nova oposição Pág. 4
- Entrevista: Valentino Parlato «Il Manifesto» Pág. 5
- Exprop. Terrenos! Pág. 6/7
- Sacor: não há massa? Pág. 8
- Despedimentos ITT/Borges Quina Pág. 9
- Peru uma revolução original? Pág. 10
- Jogo sujo/ Valor de Valadão/ Uma distinção necessária Pág. 11



FARO: Reaccionarismo pardalesco

O semanário diocesano que em Faro se publica, «A Folha de Domingo», debita periodicamente «comentários de circunstância» na sua secção «Os pardais do jardim observam».

Na crónica Je 21 de Outubro, de forma camuflada, o autor refere-se à feira de S. Iria, realizada em Faro e onde estiveram representados 4 agrupamentos políticos (o P.C.P., o P.S.P., o M.D.P. e o M.E.S.) com os seus «stand».

Transcrevemos a prosa «pardalesca».

«Na feira. A feira é grande, é enorme, é imensa. O que imediatamente atrai a atenção de quem a visita são as barracas, armadas, aqui e além, onde pontificam os homens da banha da cobra. Barracas grandes de boas dimensões, dotadas de esplêndida aparelhagem sonora. Uma delas, para mais intensamente impressionar os visitantes, está até dotada de meios áudio-visuais. No entanto, como se obedecessem a uma orquestração única, como se um regente invisível a elas presdisse, é a mesma a conversa que se ouve em qualquer das quatro barracas.

«Nós temos aqui a melhor banha da cobra existente no mercado. Essa que havia aí já não presta para nada, os anos tiraram-lhe todo o efeito, é mesmo prejudicial à saúde. Esta banha de cobra vem directamente do produtor para o distribuidor, a fábrica tem aqui representantes oficiais que seguem à risca todas as normas de aplicação. É uma fábrica muito boa que até agora quase se limitava a servir os países limítrofes. Actualmente, porém, estamos incluídos na sua rede de distribuição, apesar das distâncias. E são quase miraculosos os efeitos desta Pomada da Cobra. Cura todas as mazelas da alma e do corpo. Não há ferida por mais renitente que se apresente que não ceda a esta banha. Tudo isto faz a banha da cobra e muito mais. Se for preciso, faz tumultos, faz agitações, faz revoluções, faz

motins. E até faz sismos. «É claro que na feira não se vende só este produto. Muitos outros feirantes apresentam as suas mercadorias, embora de maneira mais discreta, não só porque não possuem, «mass media» tão poderosa, mas ainda porque não atribuem tão miríficas virtudes àquilo que apresentam. E são combatidos em alta gritaria pelos apregoadores das outras barracas. Grande parte dos visitantes apinha-se em frente das barracas da banha da cobra e, pelo menos enquanto se não pode comprovar se a qualidade corresponde à propaganda intensa, ou não estão informados se em outros países (onde as pessoas são obrigadas a escolher livremente a banha) estão contentes com tal produto, são essas barracas as que suscitam as suas intenções. O que não se pode ainda adiantar é que sejam muitos os que adquirem o produto, em relação àquelas que são obrigadas a ouvir a propaganda. O futuro dirá do êxito da publicidade...

Qualquer coincidência entre o que se conta neste apontamento (alás escrito em Setembro, como se pode provar documentalmentente), com a Feira de Santa Iria é pura coincidência.»

De forma esquemática, anotamos alguns dos aspectos mais característicos desta «subtilíssima» crónica:

1.º: Camuflagem — (o senhor da crónica não tem coragem de aplicar os devidos nomes às coisas — se-

BRAGA: Cartazes no Correio



Braga cidade augusta, capital do Minho. Cidade dos arcebispos, dita Roma portuguesa. Exemplo real do predomínio do clericalismo conservador. Cidade virada ao passado. Berço do 28 de Maio. Capital da sub-cultura.

«Se todos os homens fugissem as suas responsabilidades, se todos praticassem a castidade, se todos vivessem na ociosidade, as cidades despovar-se-iam, os campos não seriam mais cultivados, a humanidade desaparecerá». Helena Védrine citou aquelas frases ao referir-se a Coluccio Salutati, um homem do Renascimento. Salutati, já nessa altura, aconselhava os homens a participarem nas tarefas políticas e nas lutas quotidianas. E era no Renascimento.

Em Braga o Renascimento não passou lá. Em Braga o 25 de Abril não foi activante, em termos concretos. Em Braga aconselha-se o homem a não participar nas actividades políticas e aponta-se a onda do desemprego como consequência inexorável de uma actividade ilícita.

Os campos de futebol, o cinema alienante e a Vadiagem são as imagens conflagradas de uma capital do distrito virada ao passado. Cinema em que predominam as fitas americanas, as lutas marciais, os «love story» e outros exemplos de exploração da mentalidade caduca. E, para além das fitas, a expansão cada vez maior de uma literatura repetível, encabeçada por imagens pornográficas, objectivamente tendenciosas e dispostas a canalizar a ociosidade das massas, não para as lutas quotidianas a desenvolver, mas para a hibernação condénvel, completa e o quadro mórbido que faz de Braga uma cidade que facilmente poderá optar pelo caminho que conduza à implantação da reacção.

Em Braga surgiu uma outra forma de repressão.

Em princípios de Setembro último, apareceu numa das paredes do edifício dos Correios a banda desenhada assinada pelo G.A.R. Esta forma de chamar a atenção do cidadão comum, alheio aos processos de

exploração da burguesia, causou o impacto objectivamente desejado. As centenas de pessoas que diariamente passam pelos Correios são levadas, na maioria das vezes por simples curiosidade, a ler os ditos insetos nos quadrinhos.

A banda desenhada, apresentando-se como os «caprichos», os «simplesmente mariais», os livrinhos de «cow-boys», não é um «capricho», um «simplesmente marial» ou um livrinho de «cow-boys».

A banda desenhada é um processo radical de ataque à classe exploradora. Um ataque frontal e esclarecedor ao capitalismo e forma do seu funcionamento.

O impacto desejado parece não ter merecido a aprovação de uma certa entidade ou de um certo organismo. Sabe-se, por ser voz corrente, mormente no meio estudantil, que na P.S.P. foi apresentada uma queixa contra a banda desenhada. Sabe-se que suspeitos elementos do G.A.R. serão convidados a prestar declarações tendentes a uma averiguação.

Porquê e para quê?

Porquê essa possível participação, decorridos cerca de um mês do aparecimento da banda desenhada?

Porquê a identificação dos elementos do G.A.R.?

O.E.S. procurou ouvir um estudante que nos pediu que a sua identidade ficasse no anonimato, sobre aquilo que pensa da banda desenhada.

Est. — Para além do pormenor estético, acho que as pessoas percebem logo o que ela quer dizer.

E.S. — Que é que ficas a pensar se os possíveis autores da banda desenhada foram chamados à polícia?

Est. — É claro que fico a pensar que a banda desenhada, por ser demasiadamente explícita, não convém ao sistema.

E.S. — Se partirmos do princípio que a acusação parte de um organismo ou até de entidade particular, que dirás?

Est. — Não estabeleço qualquer diferença. Chamou filha de puta, a qualquer um.

Que se irá passar?

A resposta virá em breve

NÓS PRECISAMOS dos PATRÕES?



Quem tem medo dos trabalhadores?

Os Sindicatos dos Motoristas de Setúbal, Trabalhadores em Armazém do Porto, Electricistas de Coimbra, Contínuos e Porteiros, Gráficos de Lisboa, Capitães e Oficiais Nauticos de Lisboa, Químicos de Lisboa, Químicos do Porto, Ourives de Lisboa, Revisores de Imprensa de Lisboa e Emp. Escritório de Setúbal, defensores da unidade sindical, para que nela os trabalhadores lutem pela sua emancipação de tutela capitalista, não podem deixar de repudiar que as leis sindicais e da contratação colectiva, tal como já aconteceu com a lei antigreve sejam feitas nas costas dos trabalhadores, não sendo submetidas a debate público, como o foram a lei da Imprensa e lei eleitoral.

Porque se pretendem impor leis que directamente dizem respeito às associações dos trabalhadores sem que estas sejam consultadas?

Recusamos os Sindicatos referidos que sem se escutarem os trabalhadores se planeie limitar-lhes a liberdade.

A unidade obtém-se na discussão democrática em liberdade e não por imposição da lei.

Exigem os trabalhadores o respeito pela Convenção 87 da O. I. T. (Organização Internacional de Trabalho) relativa à liberdade sindical e à protecção do direito sindical e consideram que um Governo que se diz democrático não pode ultrapassar regras da democracia impedindo que os trabalhadores participem no que directamente lhes diz respeito.



"RESINEIRO ENGRAÇADO ENGRAÇADO NO FALAR..."

Para a instauração do socialismo em Portugal, com o consequente controlo do poder económico, social e político pelos trabalhadores, é necessário uma forte organização destes, nos seus locais de trabalho e habitação.

A actual fraqueza política e organizativa dos trabalhadores, reflexo muitas vezes de uma inexistente consciência de classe, confere um autoritarismo ao patronato que está na origem das situações como a criada no início do mês de Outubro a duas empregadas de escritório das empresas: Madrinha-Madeiras do Minho, S. A. R. L. e Sociedade Portuguesa de Resina Dismutada, S. A. R. L., tendo como gerentes, respectivamente, António de Magalhães Queirós e João Magalhães Queirós. Quer com provocações de «as Revolucionárias da Firma», «Políticas da Casa», «Socialistas», quer com afirmações de: «sou fascista puro», perante todo o pessoal, quer ainda pelas suas atitudes prepotentes, como a tentativa

de impedir as referidas empregadas de trabalhar no dia 6 de Outubro — Jornada de Trabalho Nacional — criaram estas senhoras um clima de tensão e hostilidade às suas empregadas.

Relatam também as duas empregadas outras das muitas habilidades do senhor João Magalhães Queirós que consistiu em, logo após ter sido decretado o ordenado mínimo de 3300\$00, retirar o pessoal das resinas do monte e madeiros, dos respectivos sindicatos e passar a considerá-los, nas folhas enviadas à Previdência, como trabalhadores rurais, alegando que se assim não fosse teria de despedir trabalhadores com mais de 21 anos.

São pois estes senhores um exemplo de obstrução reac-

nária à defesa, pelos trabalhadores, das conquistas salariais obtidas após o 25 de Abril.

Considera o M. E. S., que cada vez mais e perante as contínuas provocações de capital financeiro, do patronato reaccionário, se tornam urgentes medidas concretas no sentido de:

1.º Serem imediatamente suprimidos dos contratos colectivos de trabalho os despedimentos sem justa causa.

2.º Serem desmascaradas, através de fiscalização e controlo da acção do patronato, imposto pelos trabalhadores, as manobras reaccionárias que se revelam um entrave às lutas dos trabalhadores e uma sabotagem ao processo de verdadeira democratização da vida nacional

3.º Serem os trabalhado-

res nos seus locais de trabalho a encontrar formas de autodeterminação que não permitam as manobras patronais tendentes a provocar o seu isolamento, enfraquecimento de movimentação e consequente derrota na luta.

Considera o M. E. S., e, para este facto chama a atenção dos trabalhadores, que o momento democrático é transitório, sendo as liberdades democráticas não um fim em si, mas apenas um meio através do qual se pode reforçar a organização e a luta das classes trabalhadoras contra a exploração capitalista. Essa organização seria a única forma de os trabalhadores portugueses não viarem a pagar com esforços roborados e com miséria a tentativa de reconversão capitalista.

Núcleo de Viana do Castelo do Movimento de Esquerda Socialista.

Organizar UM SÓLIDO APOIO ECONÓMICO AO MOVIMENTO E AO Esquerda Socialista

Temos vindo a receber bastantes cartas e sido contactados directamente por pessoas que pretendem integrar-se no nosso trabalho ou simplesmente fillar-se no Movimento de Esquerda Socialista.

Antes de mais será necessário dizer que o nosso Movimento tem crescido e vem desenvolvendo cada vez mais actividade. Isto apesar da calúnia, inabilmemente orquestrada, contra alguns militantes do MES, da intriga mesquinha e da falsa informação, fabricada a todos os níveis.

Em contrapartida desse desenvolvimento incessante, e apesar das tentativas para a travar, depara-se nos sempre uma dificuldade fundamental: enquanto os Partidos e alguns Movimentos existentes podem apoiar-se em sólidas bases financeiras, nós apoiamo-nos exclusivamente no entusiasmo, na solidariedade e na dedicação militante de quantos optaram pela construção de uma alternativa política e organizativa nova, independente e virada para a defesa intransigente dos interesses das classes exploradas e oprimidas.

As exigências que a luta nos impõe e nos importará cada vez mais intensamente as necessidades mínimas, do ponto de vista organizativo, que se chocam já hoje ao nosso Movimento impõem um apelo aos simpatizantes e aderentes do Movimento de Esquerda Socialista.

ENTRA EM CONTACTO COM AS SEDES JÁ ABERTAS DO MES. NO CASO DE NA TUA ZONA NÃO HÁVER SEDE ABERTA, CONTACTA POR CARTA OU TELEFONE PARA AS SEDES DE LISBOA; ASSIM PODEREMOS PÔR-TE EM CONTACTO COM OS NÚCLEOS EM FUNCIONAMENTO POR TODO O PAÍS.

É PRECISO ORGANIZAR UMA RECOLHA SISTEMÁTICA E REGULAR DE FUNDOS! É PRECISO PROMOVER A VENDA DO JORNAL E DO RESTANTE MATERIAL DE PROPAGANDA DE QUE JÁ DISPOMOS; É PRECISO RECOLHER CADA VEZ MAIS ASSINATURAS DO «ESQUERDA SOCIALISTA».

ERGAMOS UM SÓLIDO APOIO ECONÓMICO AO MOVIMENTO E AO JORNAL!

Continuação da pág. 1

Oposição, no sentido tradicional. Essa começa por se conformar, pelo menos, com a Lei Fundamental, aceita as regras do jogo, e luta dentro dos limites que daí derivam.

Com aquela que enfrenta-nos neste momento da vida nacional, tal não sucede, porém.

Trata-se efectivamente de um organizado movimento revolucionário que, acima de tudo, pretende minar e corroer as estruturas essenciais da Nação cujo progresso na paz e no justo faz revoltar de inveja os seus degenerados mentores.

A concluir o orador acentuou: «Uma certeza gostaria que ficasse para sempre cimentada no sagrado altar da Pátria — a da incondicional e permanente solidariedade daqueles que, constituindo a maioria esmagadora dos portugueses, não estão dispostos a transigrir com manobras revolucionárias e subversivas».

A 19 de Julho de 1974, nove meses depois do seu discurso em Vila Nova de Gaia, o Dr. Augusto Leite de Faria, de 47 anos, advogado, natural de Felgueiras, toma parte no grupo de fundadores do Partido do Centro Democrático Social (C.D.S.).

A título de curiosidade confronte-se as afirmações acima transcritas com as que constam da Declaração de Princípios do C. D. S.

«O C. D. S. representa simultaneamente, todos os portugueses que desejam para o nosso país um sistema demo-



crático de vida capaz de conduzir à redução acelerada das desigualdades sociais existentes a um rápido progresso económico e social e a uma ampla e efectiva participação de cada um nas diferentes manifestações da nossa vida colectiva».

«A construção da paz em África passa pelo reconhecimento prévio do princípio da autodeterminação, com todas as suas consequências».

Não podemos aceitar a solução da questão ultramarina por via militar, mas defendemos a possibilidade de utilizar fórmulas diferenciadas de território para território quanto ao exercício do princípio da autodeterminação. As populações dos territórios de além-mar terão de decidir sobre o seu futuro, de forma independente».

«O C. D. S. propõe-se representar todos os portugueses que desejam para Portugal um Governo democrático, responsável, dinâmico e eficiente; um Governo com o qual a maioria do País se sinta identificada; um Governo centrado com sentido do equilíbrio, independente do poder económico e das pressões estrangeiras; um Governo capaz de governar na ordem democrática; um Governo com estadistas, que, pela honestidade, capacidade e espírito de diálogo, interprete autenticamente o mandato político que o voto popular lhe confia, estando sinceramente aberto ao controlo e fiscalização dos seus actos pelos restantes órgãos da soberania e pela opinião pública».

Verificou-se no artigo que [?] publicamos no número anterior, um «salto» de duas linhas que alterou por completo o sentido do penúltimo parágrafo. Pedindo desculpa pelo facto aos nossos leitores, repetimos integralmente o parágrafo na sua versão correcta.

«Nesse sentido, Bissau, Luanda, Lourenço Marques, Tunes, Argel, Cairo, Damasco, Lima, Havana, México, Nova Delhi, Dares-Salaam, Dakar, Belgrado e até Pequim e Moscovo podem ser chaves políticas em valorização crescente, que permitam ir contrabalançando um peso prioritário que num futuro próximo terá ainda Roma, Washington, Paris e Londres».

Esquerda Socialista

Jornal semanal, Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista
Director Interino César Oliveira

Continuação da pág. 1

Mas certas circunstâncias já têm deixado vir ao de cima a outra face como, por exemplo, na crise de 28 de Setembro em que o C. D. S. apoiou a pretensão do general Spínola de decretar o estado de sítio, que suprimiria as liberdades arduamente conquistadas pelo M. F. A. e pelo povo.

Por tudo isto é preciso não esquecer que o C. D. S. facilmente poderá transitar para a atitude antidemocrática, se as condições de evolução próximas da sociedade portuguesa aconselharem o grande capital a perseverar na sua solução de dominação por uma via declaradamente autoritária.

2. Sucede porém que, por ser necessário denunciar as características do C. D. S., isso não tem como consequência que toda e qualquer atitude de combate às iniciativas do mesmo seja correcta.

Na verdade, acções como as que se passaram na segunda-feira não são, por um lado, fase de qualquer processo revolucionário em marcha, têm carácter puramente ostensivo e isolado, sendo além disso facilmente reprimidas. Ao mesmo tempo, correm o risco de criar confusões e dúvidas no seio dos trabalhadores e de facilitarem à direita justificações para a sua actuação pretensamente democrática.

3. O que, em contrapartida, não pode ocultar o carácter repressivo e ostensivamente violento da actuação das forças policiais que, segundo testemunhas oculares, usaram discriminada e perigosamente armas de fogo, contrariamente às notícias vindas a público.



Estes acontecimentos, tal como de resto a morte de Vítor Bernardes no Rossio e os ferimentos de certa importância provocados na repressão de uma manifestação junto à Penitenciária, vêm, entre outros factos, realçar a imperiosa necessidade do saneamento das forças militarizadas.

4. A única garantia do efectivo combate à reacção e consolidação das condições favoráveis abertas pelo 25 de Abril, tal como o M. E. S. tem vindo sempre a declarar, consiste portanto, no avanço da organização e da luta dos trabalhadores contra as formas concretas da opressão e da exploração capitalista e nunca na legitimação televisiva da faceta democrática daqueles que não hesitarão, quando necessário, recorrer à violência para esmagar a iniciativa das massas populares.

Como também o M. E. S. tem afirmado, não é através de táticas eleitoralistas isoladas, que acabam, à falta de inserção num processo mais vasto de luta, por passar por concessões feitas à direita capitalista em nome da democracia, que se caminhará para a construção da verdadeira democracia dos trabalhadores, o Socialismo.

ITÁLIA: CRISE NOVA OPOSIÇÃO

No «outono quente» de 1969, as grandes movimentações operárias para a renovação das convenções colectivas, feitas autonomamente e à margem das tradicionais organizações sindicais, vieram agudizar as contradições de há muito latentes no seio das forças políticas reformistas.

Foi nesta altura que o grupo da recém fundada (Junho de 1969) revista «Il Manifesto», de que faziam parte, entre outros, Lucio Magri, Rossana Rossanda, Luigi Pintor, Aldo Natoli, Luciana Castellina e Valentino Parlato, abandonou compulsivamente o Partido Comunista Italiano, vindo a formar a organização com o mesmo nome.

Recentemente, em Congresso Nacional, de meados de Julho, a organização «Il Manifesto» decidiu a fusão com o PDUP (Partido de Unidade Proletária) e a criação de um novo partido «Per il Comunismo».

Um nosso camarada de redacção entrevistou em Roma camaradas das organizações revolucionárias italianas, ouvindo entre elas os camaradas do «Il Manifesto» (Lucio Magri, Rossana Rossanda e Valentino Parlato) e de «Avanguardia Operaria» (Paola Sacerdotti e Paola Ottaviani).

Publicamos hoje a entrevista com Valentino Parlato, economista do «Executivo Político» da direcção do Partido de Unidade Proletária — Pelo Comunismo, fundador e redactor do «Il Manifesto».



Watergate à Itália. Não são resíduos do passado. São produtos do actual sistema capitalista.

Portanto: temos os consumos sociais que deveriam ser o eixo de uma política reformista, e que não conseguem fazer funcionar a máquina capitalista. Depois, há a questão do aparelho estatal. E ainda

em 3.º lugar, temos a questão internacional: haveria que restabelecer um certo equilíbrio internacional.

Último argumento (de bom senso): é preciso dizer que houve uma vasta operação reformista já depois da 2.ª Guerra Mundial. Foi necessária uma Guerra Mundial para a fazer. Uma operação deste tipo vai até ao mais profundo...

UMA CRISE GLOBAL

E.S. Quería pedir-te que procurasses definir a configuração e a natureza da crise actual, em termos que políticos quer económicos. Em tua opinião, verifica-se uma ou

o princípio de um colapso do capitalismo? E até que ponto esta crise condiciona a movimentação revolucionária nos países submetidos ao imperialismo?

PARLATO: Comosabes, nós fomos dos primeiros a dizer em Itália que estávamos perante uma crise económica e social de vastíssimo alcance e sem precedentes.

Crise ou início de colapso? A nossa tendência é de dizer início de um colapso. Estamos perante uma crise «global» do capitalismo, isto é, dos seus mecanismos de funcionamento, das suas instituições do Estado, de mecanismo estatal, das suas relações internacionais, do seu sistema de valores, pelo que é extremamente difícil uma possibilidade de recuperação «democrática».

Como é que justificamos tal opinião? Nós dizemos, como Lenine, em 1917, que o capitalismo entrou em crise. Isto é, a Revolução de Outubro foi o sinal da incapacidade do capitalismo em resolver os problemas que se punham no seu interior. Depois veio a crise de 1929. Segue-se um facto a que nós atribuímos uma certa importância: a «Revolução Keynesiana», isto é, a mudança da função do Estado, e portanto a construção, em todos os Estados de uma série de mecanismos de intervenção económica.

O mundo capitalista sai da depressão da 2.ª Guerra Mundial. Este é o verdadeiro facto. A 2.ª Guerra Mundial, com o

seu carácter mítico de guerra imperialista, de guerra antifascista, criou uma série de variações, de mudanças sociais. Criou por exemplo, em Itália a restauração dos sindicatos e dos partidos; na Alemanha, algo de análogo.

A 2.ª Guerra Mundial, significou, em nossa opinião, o começo e o desenvolvimento de um processo de americanização da Europa e do Japão, não tanto e não só no sentido da submissão como sobretudo de assimilação. Isto é, a Europa e também a França dos anos precedentes, a 2.ª Guerra Mundial, não tinha os níveis de consumo — e quando digo níveis de consumo digo também níveis de infra-estruturas, de habitação — que tem agora e que são os mesmos da América.

Houve este processo de americanização também nos países subdesenvolvidos, mas concentrou-se nos países desenvolvidos. Hoje a que é que chegámos? Chegámos a uma crise geral, digamos mesmo, à exaustão dos recursos, das potencialidades de transformação que nos foram oferecidas pelo choque da 2.ª Guerra Mundial. Falo pela Itália que não seria o que é, sem ela. Todos os problemas económicos da Itália se percebem a essa luz.

O PAPEL DO REFORMISMO

E.S. Hoje verifica-se uma tentativa de enquadramento das forças reformistas com a entrada dos partidos socialista e comunista no poder. É o que está a acontecer em França, na Itália, na Espanha,

o que acontece em Inglaterra, na Alemanha, etc.

Pensas que esta absorção do reformismo pode favorecer por exemplo a resolução do problema inflacionário, através de uma contenção do «élan» das lutas operárias?

PARLATO: Sobre a questão do reformismo defendemos uma tese com o slogan «necessidade e impossibilidade do reformismo». Como nunca, neste momento para os capitalistas, para os americanos para todos os outros, há uma necessidade de reformar, de mudar, porque este sistema está em crise. É um modo de enfrentar essa crise. O que tu dizes é absolutamente verdade há uma tendência, desde a Inglaterra a Portugal, para governos «reformistas» — na Alemanha, na Inglaterra, tendência para a passagem a um Governo reformista na Itália, na Espanha, Berlinguer, Marchais e Castillo movem-se na mesma direcção. Num lado chama-se compromisso «histórico», e é uma questão democrática, noutra chama-se «unión das esquerdas», mas é o mesmo sistema. Sejam exactos: não é que os comunistas em Itália tenham em mente um compromisso com a democracia cristã. Eles dizem: «A D.C. é o poder burguês. Deve pôr-se o problema do poder burguês. Há que fazer um compromisso com o poder burguês.» Isto é traduzido em linguagem internacional, o compromisso histórico, o problema do entendimento com o poder burguês. Esta tendência existe. É uma

necessidade. Consta-se a todos os níveis.

Mas nós dizemos ao mesmo tempo que esta tendência não pode realizar-se, é impossível, é-o ao nível interno. Há uma tese geral, um tanto ideológica, e que se deve encarar com cuidado: até ao momento em que esta sociedade for uma sociedade de produção capitalista deve produzir valores de troca. Neste sentido há um limite para a planificação, para o reformismo.

O capitalismo pode ou não pode viver sobre a base dos consumos sociais de massa? Não, porque os consumos sociais de massa não conseguem dar lucro, não fizeram avançar nenhum país capitalista. Pode haver consumos de massa, mas individuais. Mas um consumo social não é capaz de ser força motriz do mecanismo capitalista. Este é o 1.º ponto.

O 2.º ponto diz respeito às próprias formações estatais. Para se poder realizar o reformismo, haveria necessidade de um outro Estado, de outra administração. Não se trata hoje de eliminar a experiência passada e formar um Governo moderno, tecnocrático, limpo. A falência das democracias é geral. Onde é que tiveram êxito? Estes produtos de burocracia, de corrupção que vão desde

REFORMAR O CAPITALISMO ?

Diz-se sempre que o capitalismo deve reestruturar, reconverter, refazer a empresa, o seu modo de produção. Hoje porém, dado o tipo de reconversão que deveria fazer o capitalismo e como o fez na sua breve história, dilacerando profundamente alguns estratos sociais, fazendo, digamos assim, assassinar alguns estratos sociais, liquidando-os — socialmente, promovendo outros, isto pode apenas fazê-lo se está numa perspectiva de expansão. Quando está numa perspectiva de queda da produção, do desenvolvimento económico, e portanto de enfraquecimento da procura, não o consegue nunca.

Por exemplo hoje em Itália, o que é que seria preciso fazer? Seria preciso um Governo capaz de fazer a «reforma da habitação», capaz de liquidar todos os pequenos proprietários de casas, que são hoje 8 milhões em Itália.

Isto exigiria um Governo muito forte. Não há passagem de uma fase burguesa do capitalismo, a uma outra fase, que não seja caracterizada pela liquidação de um certo estrato social: o grande proprietário agrícola, o industrial protegido, por exemplo.

Isto lê-lo o capitalismo com a 2.ª Guerra Mundial. O que

era a Itália? A Agricultura protegida — a batalha do trigo e por isso o preço político do trigo — a indústria protegida e a autarquia. A única forma de manter de pé este equilíbrio tornou-se, a alturas tantas, uma forma autoritária, como a fascista, porque não podia ser mantido de outra forma. Este equilíbrio que durante um certo período da história da Itália foi mantido pela monarquia e por governos dela representativos, não pôde ser mantido, a certa altura, senão com o fascismo.

A 2.ª Guerra Mundial, significou a liquidação, como figura social, do grande proprietário, latifundiário, do industrial protegido. Na Itália, o grande agricultor do Sul tinha um grande peso. Hoje praticamente é como se não existisse. Isto é, existe na medida em que foi para a Banca, porque se fez proprietário urbano, etc. Mas a sua figura social foi destruída.

Ora isto da destruição de um estrato, faz-se no decurso de uma guerra, por exemplo, que significa a liquidação de um partido, de um estrato social; uma coisa sangrenta como foi a 2.ª Guerra Mundial. Mas tais coisas não se fazem em laboratório.

ALIANÇAS OU UNIDADE?

E.S.: Exacto. Quero passar a lectura do ponto. Dado o carácter internacional da crise, põe-se-me o problema de uma resposta também internacional. Quero retomar o problema da aliança de classe. Tendo

PARLATO: Ao nível interno, dizemos que estamos perante uma crise deste sistema e perante uma situação que exige a superação do conceito tradicional de aliança, e uma passagem ao conceito de unidade. Em que sentido? Demos um exemplo: os médicos no caso do Chile, são um extracto social importante; era é preciso não ver neles um inimigo.

Qual foi o tipo de aliança que os partidos de esquerda, as frentes populares, até agora tiveram com estas categorias? A de assegurar-lhes privilégios «corporativos» prometendo dar-lhes mais do que lhes dá a burguesia, assegurando-lhes aumento de vencimento, melhoria de estatuto, carreira mais brilhante, melhores pensões. Esta era e é a política seguida pelas esquerdas.

Hoje a novidade é dupla: por um lado estamos numa situação em que é difícil dar alguma coisa a mais aos médicos porque efectivamente têm já muito. Estão cheios de dinheiro. Por outro lado não se lhes pode dar dinheiro por estarmos numa situação de crise.

E.S.: Este exemplo dos médicos é obviamente extensivo aos técnicos em geral?

PARLATO: Por outro lado, a crise do médico hoje nasce do próprio papel do médico na sociedade. Os médicos começam a compreender, tal como outras categorias, que a sua profissão é uma profissão chata. Passam os dias a cortar bairgas, perdem o gosto pela vida, já não pensam, trabalham para comprar uma casa, e depois volta, e por aí adiante.

A campanha que deve ser

presente que é ainda válido o objectivo revolucionário da tomada política do Poder, como objectivo essencial e determinante, através de que alianças esse objectivo hoje se põe?

feita é uma campanha social e cultural que faça compreender ao médico a necessidade de mudar o seu modelo profissional, a possibilidade de tender para um modelo profissional diverso, que ofereça maior liberdade mas que ao mesmo tempo fará perder os privilégios de categoria. Tal perda será recompensada com uma maior realização profissional.

Este é um problema bastante complexo. Há, porém, neste campo, uma grande mudança; há já médicos deste tipo novo que defendem que o médico não só cura mas prevê, que está entre o povo e do lado deste, que já não é o mago mas que tem a sua vida social. Há médicos que se passam com os magistrados que eram uma categoria absolutamente separada, e que até há cinco ou seis anos lutavam apenas por um aumento de vencimento, mas que hoje pretendem precisamente não ser fechados; querem participar na actividade política e mudar o tipo de magistrado. Há já uma série de «magistrados de assalto», de «magistrados democráticos».

É preciso passar do conceito de aliança, de suporte, pago pela classe operária com a parte de mais-valia que ela produz a estas categorias para as ter dominadas, à implicação destas categorias num projecto de transformação desta sociedade, de transformação global e portanto também dos seus papéis sociais, das suas actividades profissionais. Isto que hoje é possível podia há dez anos parecer perfeitamente idealista. Hoje é possível precisamente pela crise de valores que acompanha a crise económica.

Entrevista com VALENTINO PARLATO



DA ANTONOMIA A HEGEMONIA

E.S.: Essa passagem ou superação do conceito de aliança pelo conceito de unidade, que

PARLATO: As palavras têm o seu contexto histórico. A classe operária foi privada da sua autonomia pelas organizações de esquerda reformista, dos sindicatos, por todos os que fizeram a classe operária fazer o que eles queriam e não o que a própria classe operária queria. O crescimento do 68/69, o início das greves espontâneas, e dos conselhos, fizeram exprimir a autonomia operária, o seu crescimento reivindicativo não só salarial mas também anticapitalista, sobre o ambiente e organização do trabalho. Esta autonomia operária, enquanto tal, revelou-se antitética ao sistema capitalista.

É a origem da crise. A crise nasce das lutas pela autonomia operária. Mas uma vez chegados à crise, já não basta, numa sociedade desenvolvida onde a classe operária não é numericamente maioritária, a continuação dessa autonomia. Requer-se um estágio de direcção política. Deve-se, portanto, o problema das alianças nos termos da unida-

relação tem com o vosso famoso slogan de passagem da autonomia à hegemonia operária?

de, os problemas relativos à definição de um programa aceitável por outros, um projecto de transformação da sociedade.

Um exemplo histórico: a burguesia, no tempo da revolução francesa, podia avançar com a luta pela sua autonomia. Essa autonomia era, de per si, a livre empresa, a propriedade privada, o contrato de compra e venda, o contrato de aluguer, a banca, etc. Era já um modo de organização da sociedade e de organização da parte maioritária da sociedade.

Para a classe operária — e aqui está o problema mais difícil — a autonomia tende também a ser um dado negativo. Exprime-se com um não, mas não como projecto. Então a polémica contra a autonomia é também a polémica contra o espontaneísmo.

Passagem da autonomia à hegemonia significa também que a classe operária deve construir para si um partido, uma política. Sem o que se arrisca a tornar-se uma força que tudo esfangalha e mais nada.

SINDICATOS E ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

E.S.: E como é que isto se reflecte na vossa presença nos sindicatos? Se não me engano essa era aliás o ponto crucial da vossa unidade com Pdup.

PARLATO: Houve um momento em que nós tivemos uma posição, em minha opinião errada, nitidamente anti-sindicalista, há dois anos, no tempo dos «comités políticos» em que defendíamos a imediata organização política da classe operária.

Mas isto é ainda uma discussão em aberto e em minha opinião houve entre nós um excesso de «extremismo»... Produziu-se então substancialmente uma polémica análoga à que se verificou entre os soviéticos no tempo de Lenine, que tinha razão ao dizer que o sindicato tinha razão de ser mesmo durante uma longa fase sucessiva à tomada do poder.

Nós reconhecemos a existência do sindicato, mas como uma instituição ao lado da qual é precisa a organização autónoma e unitária da classe operária, enquanto tal, que é os «conselhos».

E.S.: Está e porém a questão que pomos também a nós: Hoje visamos uma dupla linha: por

A luta no interior do sindicato, baseada na autonomia, procurava ser uma luta contra o enquadramento reformista do sindicato, das massas operárias...

um lado um sindicalismo de base, por outro, uma organização por zonas industriais operárias, por fábricas, por bairros, mas sem nunca descurar a presença nos sindicatos...

PARLATO: O sindicato tem obviamente os seus limites. Não pode fazer o que fazem os «conselhos».

E.S.: Mas se defendeis que por um lado é justa a distinção entre «luta económica» e «luta política», entre partido e sindicato, como pensar superar a teoria e a prática da «correlação de transmissão» e articular a luta económica com a política?

PARLATO: Nós defendemos hoje que ao lado do sindicato deve existir a organização dos conselhos de fábrica. E nisto está já um momento importante da passagem da autonomia à hegemonia. É um esquema um tanto soviético. Os conselhos de fábrica arriscam-se a ser uma expressão de pura autonomia, de pura luta operária. Devemos por isso criar também conselhos de zona que

il manifesto

Voci dilettantesche su putsch domenica circolaro per disorientar la...
...di...
...di...

são conselhos territoriais, em que entram os operários, os estudantes, os desalojados, os empregados, tornando-se assim organismos estáveis de direcção e organização política. Conselhos de zona abertos. No que respeita a este ponto há um conflito entre nós e os sindicatos (nas confederações) que estão de acordo com os conselhos de zona mais apenas destinados aos operários sindicados. Alguns sindicatos, porém, como por exemplo os metalúrgicos, estão de acordo conosco quanto à abertura dos conselhos de zona.

É devido a esta forte resistência dos sindicatos que os conselhos de zona não têm funcionado bem. No Sul, por exemplo, há uma luta no interior dos sindicatos sobre os conselhos de zona. Trintin (secretário da Federação Metalúrgica da CGL) diz, por exemplo, que no Sul tais conselhos nunca se formaram nem nunca se formarão, não porque o Sul seja atrasado, mas porque as organizações sindicais do Sul a não querem, porque isto significaria transformar a organização sindical, criando um interlocutor ao sindicato a quem este teria que prestar contas.

No Norte, pelo contrário, a resistência é menor, e o processo de criação dos conselhos de zona tem avançado bastante.

UNIDADE DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

E.S.: Uma pergunta sobre as vossas relações com as outras organizações revolucionárias

PARLATO: Há que ser claro. Nós visamos todas as formas de unidade que são possíveis. Dizer que se quer sempre a unidade é justo mas é retórico. Com «Lotta Continua», só para dar um exemplo, que tem um programa bem todo diferente do nosso alegar-me-ia se se realizasse uma unidade. Mas é como se dissesse que me alegraria que em vez de Inverno houvesse Primavera. É uma afirmação puramente retórica. Concretamente: existem possibilidades de unidade e acção com «Lotta Continua», por exemplo no movimento estudantil, mas não existem possibilidades de unidade política. Pelo contrário, existe um confronto político, que se deve desenvolver, não como guerra mas como debate, com espírito unitário e não com intenção de liquidar o «adversário». É um confronto polémico.

E.S.: E com a «Avanguardia Operária»?

PARLATO: Com a A.O. há um discurso muito mais aprovado do que de facto, mas de vizinhança, embora haja muitos problemas.

E.S.: O «Il Manifesto», hoje o P.D.U.P., como se identifica? Até que ponto e de que modo faz referência ao Marxismo-Leninismo?

PARLATO: Não somos Marxistas-Leninistas. Somos fortemente polémicos contra os momentos marxista-leninistas existentes, que na maior parte das vezes são, no concreto, movimentos de espartilhamento do marxismo. Que depois se tenha que fazer uma referência ao marxismo-leninismo, é

E.S.: Tais conselhos são unitários ou partidários?

PARLATO: São unitários.

E.S.: É a vossa presença partidária na fábrica como é que se concretiza?

PARLATO: Essa é uma questão ainda em aberto. Defendemos uma presença do partido enquanto tal, ao lado do sindicato e do conselho de fábrica unitário. O risco dessa presença, é que o conselho de fábrica se venha a transformar num pequeno parlamento, onde votam os representantes dos diversos partidos. Isso significaria destruir a relação com a fábrica.

E.S.: É como se articulam as relações entre os «colectivos de base», as estruturas territoriais do partido com todas essas estruturas operárias?

PARLATO: Há operários que fazem parte dos «colectivos» do partido e parte dos «conselhos-fábrica».

«Colectivo» e «conselho» são duas coisas absolutamente separadas. Este é um organismo que visa a defesa imediata dos interesses operários, cuja finalidade é dar unidade à fábrica, uma unidade de lugar de trabalho, de sector, mais do que sindical. É o momento mais forte de unidade dos operários. E há que salvaguardá-lo de tudo. O «colectivo» é uma estrutura de partido composta não só de operários.

de esquerda em Itália. Neste momento, tendes a intenção de trabalhar para uma unidade com todas essas forças?

óbvio — diz-lo é dizer uma coisa genérica — mas de um modo criativo.

E.S.: Falas de referências a experiências do marxismo que não passam através da ortodoxia, tal como o movimento partaquista, a «Oposição Operária» russa, etc?

PARLATO: Não. Não é nesse sentido. Somos contra os revisionistas por uma razão de facto, porque os revisionistas são politicamente, no concreto, uma renúncia aos objectivos revolucionários, uma revisão desses objectivos, mas, e que revisão de metodologia, da análise. Aliás, a título provocatório, quero dizer que é necessário ser revisionista. Expli-co-me: hoje não posso não ser revisionista, no sentido que já não consigo ler qualquer texto marxista-leninista corrente. Os marxistas-leninistas correntes são um desastre. Há uma espécie de ortodoxia marxista-leninista que paraliza progressivamente o cérebro. Não percebem nada da realidade e têm apenas alucinações. Marx, felizmente, na sua vastidão que ninguém mais conseguiu recompor, salvo os gigantes ideológico-culturais do marxismo, tenta pelo contrário compreender a realidade. Do «Capital» à «Luta de Classes em França» e ao «18 Brumário de Luís Bonaparte», as referências reais da realidade. Nos «Grundrisse» na questão do maquinismo, dos estágios intermédios... a mesma coisa. Há uma necessidade de recuperar Marx. Mas isto é absolutamente pessoal. Nisto sou extremista.

OS DRAMAS DA CONCENTRAÇÃO

E.S.: No entanto, o que dizem de verdade para as formações sociais fortemente industrializadas. Mas para formações com componente «agrícola» ainda muito forte, como traduzir esse conceito de «unidade» entre a classe operária, camponeses e técnicos? Porque depois sabemos bem que o técnico

PARLATO: Será esse talvez o caso de Portugal. É o caso porém também da Itália meridional. Ora a Itália foi nos últimos anos dominada pelo mito da indústria, dos técnicos. Deu-se o abandono de agricultura, a emigração. Portanto a referência que é preciso fazer sobre a situação que existe actualmente em Portugal é a que põe hoje o clássico problema marxista da superação da relação cidade-campo, é portanto a questão camponesa, mas em termos de nível dos países capitalistas mais avançados, e não pondo o acento no melhoramento ou aumento da produtividade, dos rendimentos dos camponeses, etc. Isto é certamente importante, mas não basta. Há que criar uma condição em que se ponham em primeiro plano reivindicações de civilização, de forma que o camponês

mantém uma posição de explorador, em termos pré-capitalistas ou já capitalistas, fora da sua profissão, como proprietário, patrão, nas formações de recente passagem do domínio da aristocracia ao da burguesia industrial, passagem essa feita sempre no interior da classe, entre frações.

nês tenha um nível de vida e possibilidade de consumo análogos aos do cidadão, com possibilidades de formas efectivas de reunião entre operários e camponeses.

Isto é, numa sociedade como a vossa, em que não existe ainda a grandíssima concentração urbana e industrial, onde a distribuição da população ainda é muito mais equilibrada do que em toda uma série de centros, o problema é o de manter, de conservar este desenvolvimento difuso evitando os dramas da concentração.

É portanto, um problema de crescimento político, de crescimento cultural dos camponeses. Tal como foi posto na China, no caso de Portugal, não é a China e tem hoje um desenvolvimento capitalista muito mais acentuado que o da China no período pré-revolucionário.



? - 1 EXPROPRIAR TERRENOS!

O 25 de Abril, criando no conjunto da sociedade portuguesa um novo espaço de discussão dos problemas reais que afectavam e afectam as classes trabalhadoras, veio abrir novas perspectivas para luta destas. Assim, e nos dias que imediatamente se lhe seguiram, os trabalhadores foram os principais intérpretes de uma forte e importante onda de movimentações de classe que se fizeram sentir das fábricas aos locais de habitação.

Os processos reivindicativos surgidos ao nível dos locais de habitação constituíram um momento importante daquelas movimentações. Aparecendo, nalguns casos, com grande espontaneidade (como aconteceu quando dos bairros ocupados), eles mobilizaram amplas camadas de moradores de bairros de características marcadamente populares, e possibilitaram a cimentação de formas organizativas com relativa autonomia — as Comissões de Moradores.

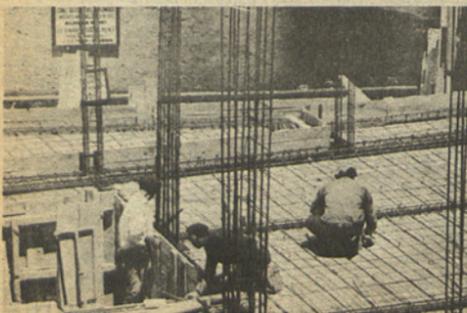
Comissões de Moradores, que apareceram de facto como expressão organizada das movimentações populares nos locais de habitação, devem ver reforçada a sua importância futura enquanto verdadeiros órgãos de poder popular, mantendo uma ligação efectiva e dinâmica às populações e permitindo o seu controlo por parte do conjunto generalizado dos moradores; controlo esse que terá que passar por uma discussão colectiva dos problemas, por uma informação ampla e sistemática do avanço dos processos, pela realização de Assembleia de Moradores.

É pois fundamental que as Comissões de Moradores não vejam a sua autonomia cercada, o que pode acontecer quando se «esquece» o seu papel na organização das populações e dos seus processos de luta, passando a ser entendidas como simples células de base de um novo aparelho administrativo (no qual seriam completamente diluídas) ou como meras correias de ligação entre as populações e as autarquias locais.

Por outro lado, é extremamente importante, neste momento, o avanço de reivindicações que possibilitem a resolução de problemas imediatos e concretos, garantindo conquistas efectivas das populações, ao mesmo tempo que criam momentos de ruptura com o sistema de dominação capitalista. É o caso da expropriação dos terrenos onde acenam os bairros de lata, isto é, a sua transferência para as mãos dos moradores através de estruturas verdadeiramente representativas (comissões ou cooperativas, de moradores), constituindo, assim, um primeiro passo no sentido da reconstrução dos bairros e do realojamento das populações.

A generalização das reivindicações levanta directamente a questão da articulação entre as comissões de moradores de diferentes bairros. Essa articulação desempenhará um papel fundamental na perspectiva global dos processos e na determinação dos objectivos de luta.

É urgente, neste momento, a análise dos impasses que se têm verificado neste domínio e a discussão dos problemas que efectivamente se têm levantado. Só assim, compreendendo que a exploração e opressão capitalista se estendem a todos os domínios da sociedade, que os mecanismos de lucro ditam a sua lei não só nos locais de produção, será possível que a luta dos trabalhadores em torno dos problemas da habitação constitua, ela mesma um avanço na luta de todos os exploradores e oprimidos pelo socialismo.



Nos dias que se seguiram ao 25 de Abril os moradores em bairros populares de Lisboa com piores condições de habitação realizaram muitas movimentações — ocuparam casas, realizaram manifestações, recusaram-se a pagar rendas por barracas, etc. Ao mesmo tempo organizaram-se (em Comissões de Moradores, por ex.) e efectuaram Assembleias em vários bairros.

Desde o 25 de Abril passaram-se já 7 meses. Não se verificaram grandes saltos qualitativos quer nas formas de organização dos moradores quer nos processos políticos por eles conduzidos. No entanto os processos reivindicativos tendo por base a luta por habitação têm-se generalizado.

Neste momento assumem importância central nesses processos duas questões: a expropriação de terrenos (com transferência imediata para a posse colectiva dos moradores desses bairros) e a constituição de Cooperativas ou Associações de Moradores.

E. S. — Poderíamos ver em primeiro lugar os objectivos que nos parecem mais importantes neste momento para dar força à luta que se desenvolve nos bairros que melhor conhecemos.

António — Acho que o objectivo da expropriação de terrenos para os moradores dos diversos bairros de lata e pré-fabricados é de momento o ponto principal para a nossa luta de uma casa para todos.

Dias — Também me parece que é muito importante até como forma de arrancar para novas formas de organização, para dar confiança.

Pereira — Visto que dizem «à boca cheia» nos jornais que não há problemas de expropriação de terrenos, isso terá de se fazer e os donos dos terrenos nem deviam receber nada.

E. S. — Estou convencido que não vai ser tão fácil como isso... os proprietários têm força e vão pôr dificuldades...

Pereira — Isso não interessa porque esses particulares tudo o que têm feito (prédios, quintas, etc.) é ganhar à custa do que têm roubado nas barracas e noutras coisas. Já levaram o dinheiro suficiente...

Dias — A mim parece-me que o que é preciso é termos força. Com meiguices é que não se leva nada. Nós não podemos ir em conversas. Se nós vemos nos jornais a dizerem que há terrenos para expro-

priar eles têm de aparecer. Por exemplo no caso do meu bairro temos vários terrenos particulares e outros da Câmara bastante bons com espaço suficiente para o bairro todo e com bons transportes. Já apresentámos à EPUL o problema.

Luis — Neste momento a EPUL está a trabalhar em 12 dos 28 bairros (mais ou menos) deste tipo que existem aqui na zona de Lisboa. Existem algumas perspectivas de se verificarem de facto expropriações para construção de novos vãos.

UMA MÁQUINA EMPERRADA

E. S. — Mas de facto nós sabemos que se vão verificar grandes dificuldades principalmente quanto aos terrenos com melhores condições. Não te parece?...

Luis — O que me parece é que o Governo para desencadear esse processo prometeu arrancar, mas a máquina está toda «emperrada», não se cumprem prazos sistematicamente, as coisas não andam...

Nesse sentido eu penso que os técnicos devem informar constantemente as populações. É necessário que elas saibam por exemplo, que o Governo ainda não promulgou a lei que permita a expropriação dos terrenos com transferência imediata para a mão das Cooperativas ou Associações de Moradores. Só assim se pode contribuir

para impedir esperanças infundadas e baseadas em dados duvidosos. Depois parece-me que o problema fundamental está mesmo em os moradores avançarem com as reivindicações não ficando simplesmente à espera que os técnicos e as «autoridades» lhes resolvam os problemas...

António — Neste aspecto parece-me que seria útil o encontro em reuniões entre comissões de moradores de diferentes bairros. Podíamos assim criar uma estrutura de trabalho em conjunto mais firme, arranjávamos uma maior fortaleza para podermos combater unidos a burocracia existente.

Pereira — Em relação ao que se está a falar eu gostaria de pôr um problema que é o de saber para que servem as «equipas técnicas». No caso lá do meu bairro os técnicos adoptaram este sistema — hoje ia lá um, amanhã ia lá outro — entretanto o tempo passava e eles parece que nunca sabiam bem o que nós queríamos...

Até que num dia destes um morador lhes disse — então isto agora é como nos tempos do fascismo!?

ATACAR A BUROCRACIA

O que nós queremos que vocês os técnicos, nos digam é quais são os terrenos dos particulares e os da Câmara para se começar com o processo de expropriação. Isto tem de ser feito dentro das linhas que nós resolvemos.

Tomámos a iniciativa de recolher as posições de pessoas que têm estado envolvidas nestas lutas.

Na conversa que a seguir transcrevemos participaram:

Dias, empregado administrativo, e **Pereira**, contínuo membros de duas comissões de moradores em bairros de lata;

António, electricista — que ocupou uma casa num dos bairros ocupados logo após o 25 de Abril e que é elemento activo na organização dos moradores desse bairro.

Luis, arquitecto — membro de uma das «equipas técnicas» que acompanham estes processos.

Um elemento do «E. S.»

Neste número do «E. S.» divulgamos fundamentalmente a parte da conversa que se centrou no problema da expropriação dos terrenos. Num dos próximos números será tratado o problema das Cooperativas e Associações de Moradores.

Mas o que é verdade é que nas reuniões os assuntos se arrastavam, eles começavam a «jogar», a empurrar os assuntos para nós e nós a discutir. Até que vamos percebendo que precisamos é de dados concretos para podermos dar a nossa opinião e eles fazerem o trabalho que queremos. Mas isso tem sido impossível e está tudo parado.

ALIMENTAR LUXOS

E. S. — O que me parece importante é perceber porque motivo os técnicos se comportaram assim lá no teu bairro. Para lá de certas dificuldades pessoais próprias de cada um, interessa ver qual a engrenagem que os leva a actuar assim. O que se deve passar é que existem dificuldades nas expropriações, na concessão de terras e outros meios para a construção de novos bairros, no próprio funcionamento dos serviços do Estado. De facto o que acontece é que o Estado (como toda a Sociedade) não está organizado para a satisfação das necessidades dos trabalhadores até porque vocês não o controlam, não possuem os meios de produção necessários para construir as casas, numa palavra não têm o poder.

Ora perante essa realidade os técnicos poderiam dar-vos as informações necessárias para se perceber, em cada caso concreto, quais são os interesses políticos (e económicos, evidentemente) que impedem que as coisas avancem. Neste aspecto eu concordo com o que o Luis disse há pouco. Mas o que

acontece é que os técnicos, em geral, estão muito metidos «na engrenagem» e fogem a denunciar os interesses de classe que boicotam a solução dos problemas. Fazem um ataque à burocracia mas sem serem as coisas «preto no branco», isto é, sem explicarem quais os verdadeiros motivos para os problemas não se resolverem.

UM SANEAMENTO COMPLETO

Dias — A minha opinião acerca deste assunto é que assim nos sentiríamos válidos nessa construção. Quais são esses alicerces?

Terreno para construir as nossas casas. Apoio económico e material para a construção das mesmas. Caso contrário como é que poderemos contribuir para um Portugal democrático, se, em vez de vivermos, vegetamos! em vez de habitarmos casas vivemos em estrebarias! em vez de vivermos numa sociedade sem nós vivemos como animais vadios dentro dessa mesma sociedade!

Agora temos outro Governo, mas para apoiarmos a actual construção democrática, acho que o Governo terá de nos ajudar a construir alicerces para

o próprio Governo devia obrigar os capitalistas a construírem as casas necessárias para os trabalhadores. Esses grandes empreiteiros deviam ser obrigados a construir bairros porque todo o capital que eles têm nasceu do esforço dos trabalhadores, foi do suor de muitos que vivem em bairros de lata.

E. S. — Mas vocês acham que os construtores vão aceitar essa imposição do Governo? Não acontecerá que eles e os outros capitalistas continuam com

Como é que podemos acabar com este estado de coisas? Eu respondo que tem de ser com a unidade dos trabalhadores que têm de se recusar a trabalhar para os luxos da burguesia, ou então obrigamo-los a contribuírem por cada hotel de luxo com um bairro para trabalhadores, assim tínhamos menos hotéis e mais casas para trabalhadores.

E. S. — Mas vocês acham que os construtores vão aceitar essa imposição do Governo? Não acontecerá que eles e os outros capitalistas continuam com

Como é que podemos acabar com este estado de coisas? Eu respondo que tem de ser com a unidade dos trabalhadores que têm de se recusar a trabalhar para os luxos da burguesia, ou então obrigamo-los a contribuírem por cada hotel de luxo com um bairro para trabalhadores, assim tínhamos menos hotéis e mais casas para trabalhadores.

o próprio Governo devia obrigar os capitalistas a construírem as casas necessárias para os trabalhadores. Esses grandes empreiteiros deviam ser obrigados a construir bairros porque todo o capital que eles têm nasceu do esforço dos trabalhadores, foi do suor de muitos que vivem em bairros de lata.

E. S. — Mas vocês acham que os construtores vão aceitar essa imposição do Governo? Não acontecerá que eles e os outros capitalistas continuam com

Como é que podemos acabar com este estado de coisas? Eu respondo que tem de ser com a unidade dos trabalhadores que têm de se recusar a trabalhar para os luxos da burguesia, ou então obrigamo-los a contribuírem por cada hotel de luxo com um bairro para trabalhadores, assim tínhamos menos hotéis e mais casas para trabalhadores.

o próprio Governo devia obrigar os capitalistas a construírem as casas necessárias para os trabalhadores. Esses grandes empreiteiros deviam ser obrigados a construir bairros porque todo o capital que eles têm nasceu do esforço dos trabalhadores, foi do suor de muitos que vivem em bairros de lata.

E. S. — Mas vocês acham que os construtores vão aceitar essa imposição do Governo? Não acontecerá que eles e os outros capitalistas continuam com

Como é que podemos acabar com este estado de coisas? Eu respondo que tem de ser com a unidade dos trabalhadores que têm de se recusar a trabalhar para os luxos da burguesia, ou então obrigamo-los a contribuírem por cada hotel de luxo com um bairro para trabalhadores, assim tínhamos menos hotéis e mais casas para trabalhadores.

o próprio Governo devia obrigar os capitalistas a construírem as casas necessárias para os trabalhadores. Esses grandes empreiteiros deviam ser obrigados a construir bairros porque todo o capital que eles têm nasceu do esforço dos trabalhadores, foi do suor de muitos que vivem em bairros de lata.



Como é que podemos acabar com este estado de coisas? Eu respondo que tem de ser com a unidade dos trabalhadores que têm de se recusar a trabalhar para os luxos da burguesia, ou então obrigamo-los a contribuírem por cada hotel de luxo com um bairro para trabalhadores, assim tínhamos menos hotéis e mais casas para trabalhadores.

o próprio Governo devia obrigar os capitalistas a construírem as casas necessárias para os trabalhadores. Esses grandes empreiteiros deviam ser obrigados a construir bairros porque todo o capital que eles têm nasceu do esforço dos trabalhadores, foi do suor de muitos que vivem em bairros de lata.

E. S. — Mas vocês acham que os construtores vão aceitar essa imposição do Governo? Não acontecerá que eles e os outros capitalistas continuam com

Como é que podemos acabar com este estado de coisas? Eu respondo que tem de ser com a unidade dos trabalhadores que têm de se recusar a trabalhar para os luxos da burguesia, ou então obrigamo-los a contribuírem por cada hotel de luxo com um bairro para trabalhadores, assim tínhamos menos hotéis e mais casas para trabalhadores.

o próprio Governo devia obrigar os capitalistas a construírem as casas necessárias para os trabalhadores. Esses grandes empreiteiros deviam ser obrigados a construir bairros porque todo o capital que eles têm nasceu do esforço dos trabalhadores, foi do suor de muitos que vivem em bairros de lata.

E. S. — Mas vocês acham que os construtores vão aceitar essa imposição do Governo? Não acontecerá que eles e os outros capitalistas continuam com

Como é que podemos acabar com este estado de coisas? Eu respondo que tem de ser com a unidade dos trabalhadores que têm de se recusar a trabalhar para os luxos da burguesia, ou então obrigamo-los a contribuírem por cada hotel de luxo com um bairro para trabalhadores, assim tínhamos menos hotéis e mais casas para trabalhadores.

o próprio Governo devia obrigar os capitalistas a construírem as casas necessárias para os trabalhadores. Esses grandes empreiteiros deviam ser obrigados a construir bairros porque todo o capital que eles têm nasceu do esforço dos trabalhadores, foi do suor de muitos que vivem em bairros de lata.

E. S. — Mas vocês acham que os construtores vão aceitar essa imposição do Governo? Não acontecerá que eles e os outros capitalistas continuam com

Como é que podemos acabar com este estado de coisas? Eu respondo que tem de ser com a unidade dos trabalhadores que têm de se recusar a trabalhar para os luxos da burguesia, ou então obrigamo-los a contribuírem por cada hotel de luxo com um bairro para trabalhadores, assim tínhamos menos hotéis e mais casas para trabalhadores.

o próprio Governo devia obrigar os capitalistas a construírem as casas necessárias para os trabalhadores. Esses grandes empreiteiros deviam ser obrigados a construir bairros porque todo o capital que eles têm nasceu do esforço dos trabalhadores, foi do suor de muitos que vivem em bairros de lata.

E. S. — Mas vocês acham que os construtores vão aceitar essa imposição do Governo? Não acontecerá que eles e os outros capitalistas continuam com

Como é que podemos acabar com este estado de coisas? Eu respondo que tem de ser com a unidade dos trabalhadores que têm de se recusar a trabalhar para os luxos da burguesia, ou então obrigamo-los a contribuírem por cada hotel de luxo com um bairro para trabalhadores, assim tínhamos menos hotéis e mais casas para trabalhadores.

o próprio Governo devia obrigar os capitalistas a construírem as casas necessárias para os trabalhadores. Esses grandes empreiteiros deviam ser obrigados a construir bairros porque todo o capital que eles têm nasceu do esforço dos trabalhadores, foi do suor de muitos que vivem em bairros de lata.

E. S. — Mas vocês acham que os construtores vão aceitar essa imposição do Governo? Não acontecerá que eles e os outros capitalistas continuam com

Como é que podemos acabar com este estado de coisas? Eu respondo que tem de ser com a unidade dos trabalhadores que têm de se recusar a trabalhar para os luxos da burguesia, ou então obrigamo-los a contribuírem por cada hotel de luxo com um bairro para trabalhadores, assim tínhamos menos hotéis e mais casas para trabalhadores.

o próprio Governo devia obrigar os capitalistas a construírem as casas necessárias para os trabalhadores. Esses grandes empreiteiros deviam ser obrigados a construir bairros porque todo o capital que eles têm nasceu do esforço dos trabalhadores, foi do suor de muitos que vivem em bairros de lata.

E. S. — Mas vocês acham que os construtores vão aceitar essa imposição do Governo? Não acontecerá que eles e os outros capitalistas continuam com

Como é que podemos acabar com este estado de coisas? Eu respondo que tem de ser com a unidade dos trabalhadores que têm de se recusar a trabalhar para os luxos da burguesia, ou então obrigamo-los a contribuírem por cada hotel de luxo com um bairro para trabalhadores, assim tínhamos menos hotéis e mais casas para trabalhadores.

o próprio Governo devia obrigar os capitalistas a construírem as casas necessárias para os trabalhadores. Esses grandes empreiteiros deviam ser obrigados a construir bairros porque todo o capital que eles têm nasceu do esforço dos trabalhadores, foi do suor de muitos que vivem em bairros de lata.

E. S. — Mas vocês acham que os construtores vão aceitar essa imposição do Governo? Não acontecerá que eles e os outros capitalistas continuam com

Como é que podemos acabar com este estado de coisas? Eu respondo que tem de ser com a unidade dos trabalhadores que têm de se recusar a trabalhar para os luxos da burguesia, ou então obrigamo-los a contribuírem por cada hotel de luxo com um bairro para trabalhadores, assim tínhamos menos hotéis e mais casas para trabalhadores.

o próprio Governo devia obrigar os capitalistas a construírem as casas necessárias para os trabalhadores. Esses grandes empreiteiros deviam ser obrigados a construir bairros porque todo o capital que eles têm nasceu do esforço dos trabalhadores, foi do suor de muitos que vivem em bairros de lata.

E. S. — Mas vocês acham que os construtores vão aceitar essa imposição do Governo? Não acontecerá que eles e os outros capitalistas continuam com

Como é que podemos acabar com este estado de coisas? Eu respondo que tem de ser com a unidade dos trabalhadores que têm de se recusar a trabalhar para os luxos da burguesia, ou então obrigamo-los a contribuírem por cada hotel de luxo com um bairro para trabalhadores, assim tínhamos menos hotéis e mais casas para trabalhadores.

o próprio Governo devia obrigar os capitalistas a construírem as casas necessárias para os trabalhadores. Esses grandes empreiteiros deviam ser obrigados a construir bairros porque todo o capital que eles têm nasceu do esforço dos trabalhadores, foi do suor de muitos que vivem em bairros de lata.

E. S. — Mas vocês acham que os construtores vão aceitar essa imposição do Governo? Não acontecerá que eles e os outros capitalistas continuam com

Como é que podemos acabar com este estado de coisas? Eu respondo que tem de ser com a unidade dos trabalhadores que têm de se recusar a trabalhar para os luxos da burguesia, ou então obrigamo-los a contribuírem por cada hotel de luxo com um bairro para trabalhadores, assim tínhamos menos hotéis e mais casas para trabalhadores.

o próprio Governo devia obrigar os capitalistas a construírem as casas necessárias para os trabalhadores. Esses grandes empreiteiros deviam ser obrigados a construir bairros porque todo o capital que eles têm nasceu do esforço dos trabalhadores, foi do suor de muitos que vivem em bairros de lata.

E. S. — Mas vocês acham que os construtores vão aceitar essa imposição do Governo? Não acontecerá que eles e os outros capitalistas continuam com



Um "living" — pela sua dimensão e versatilidade é tão grande que não o podemos descrever em duas páginas. Amplo e arejado abre para o terraço que figura na capa deste folheto — um terraço de proporções pouco usuais que é uma autêntica extensão do espaço habitável — e para um hall, com tecto de madeira, que o liga à parte de serviço do apartamento. Pavimento imponente como, aliás, todo o apartamento. Aquecimento eléctrico.

OU UMA CASINHA POR 3.000 CONTOS, SÓ!

PORTO: OPERÁRIOS DA SACOR VENCEM

Os despedimentos caem todos os dias sobre os trabalhadores. Os despedimentos são uma das principais armas dos capitalistas para enfraquecer e dividir os trabalhadores, à custa dos quais, durante tantos e tantos anos, encheram a barriga de dinheiro.

A Sacor é uma das maiores empresas do País. A Sacor é um gigante! Também aí, o grande capital (estrangeiro e português) lança mão desse temível chicote. Na refinaria do Porto, cerca de 200 operários metalúrgicos souberam lutar com unidade e energia, usaram a mais forte arma dos trabalhadores — a greve —, conseguiram derrotar essa manobra dos capitalistas e garantir o trabalho de seis camaradas. E.S. convervou com José Costa e Américo Jarrais, elementos da Comissão de Trabalhadores.

E.S. — Aqui na refinaria há uma grande confusão de empresas e de pessoal. Como é que isto funciona?

A Sacor tem várias empresas concessionárias. A Technip (francesa) está encarregada dos projetos e tem às ordens a Ponticelli, a Situb (franceses) e

6 camaradas eram despedidos, estavam em baixo na curva da estatística.

E. S. — Como é que é isso da estatística?

É a curva de GAALF. É uma apreciação de cada um dos trabalhadores. Contam 3 informações para o resultado final: o comportamento e condições humanas, a competência profissional e a produção. Quem elabora a estatística são os franceses. A gente sabe muito bem como é que isso funciona. Se os camaradas estavam em baixo é porque têm algum orgulho. Têm dignidade. Os franceses não gostam dum homem e fazem o que querem. Se um trabalhador perde a de cima perde as outras.

E. S. — Os estrangeiros são mais qualificados que vocês?

— Poucos. A maior parte da gente sabe fazer o que eles fazem.

E. S. — Bem, como é que continuou o processo?

— Contactámos com o sindicato. Houve uma reunião com a administração e um agente da Inspeção do Trabalho. Chegaram à conclusão de admitir os 6 trabalhadores, nas mesmas condições para as oficinas próprias da SACOR.

E. S. — O problema parecia que estava sanado...

Nada disso. O caderno reivindicativo tinha 4 pontos. Primeiro que os camaradas fossem admitidos. Segundo que continuassem a trabalhar nas mesmas condições, isto é, com o mesmo salário e categoria. Em terceiro lugar não se podia despedir sem justa causa. Por fim garantia para casos futuros. O 4.º ponto é que eles não queriam assinar. Que não tinham poderes para assinar, que tentariam cumprir. E os próximos, perguntámos? Ele respondeu que se lhes daria o mesmo destino.

E. S. — Conversa de boca...

— Pois! Estamos cheios de promessas. Queríamos isso por escrito.

Estávamos nisto na 5.ª feira, continuava a greve.

E. S. — Depois veio o feriado e o fim-de-semana.

2.ª-feira continuou tudo na mesma. A

administração já tinha parado o pagamento dos ordenados. Era uma maneira de ameaça de quebrar o pessoal. «Se é greve para uns, é para todos» dizia a administração. Mas nós deixámos entrar o pessoal das contas. E lá acabaram, depois de muita luta, por dar um adiantamento. As 9 horas e 30 já tinha chegado de Lisboa, o eng.º David Moura. Pediu para se resolver tudo com o melhor espírito de camaradagem, que a Sacor era do Estado, que a greve causava prejuízos à Economia Nacional... Mas nós sabemos que a Sacor não é só do Estado, também há capitalistas portugueses e estrangeiros, e a economia nacional é muito mais a economia dos capitalistas. O problema é lá com eles... Disse ainda que não havia necessidade de assinar o documento, que estavam à espera do administrador delegado e que tudo, quanto ali fosse dito seria feito.

E. S. — E depois?

— Nós queremos um documento assinado, com a garantia de trabalho para os casos futuros. Vamos a ver se será feito o que foi dito. Terminou a greve, porque eles disseram que seria assinado um documento, onde seriam asseguradas essas garantias, até à próxima 4.ª-feira.

E. S. — E todos os trabalhadores sabem disso?

— Mantivemos os trabalhadores devidamente informados. Fomos eleitos pelos trabalhadores apenas para os representar. Não para nos aproveitarmos com o facto de sermos comissão de trabalhadores. Antes de tomarmos alguma decisão, perguntámos aos trabalhadores. Só fizemos o que o pessoal manda! Por isto não ter sido sempre assim é que estamos com um «acordo» em que ficamos prejudicados na categoria e no salário. Mas isso é uma longa história!... O Costa e o Jarrais foram para o trabalho. A trabalhar também, graças à força de todos os camaradas estavam o António Campos (tubista), o António Teixeira (soldador) o Aurélio Evaristo (soldador), o José Soares (tubista), o Júlio Santos (montador) e o Manuel Castro (soldador).

Esta é a história simples de, como a força de 200 trabalhadores soube derrotar um gigante capitalista.

Não há massas?



A fábrica de «Massas Delícia» fica na Abóboda e tem vivido uma situação irregular desde Fevereiro, o que tem causado vários problemas aos seus cerca de 50 operários e operárias. «Esquerda Socialista» na campanha que está a fazer contra o sub-emprego foi lá ouvir os trabalhadores:

E.S. Em primeiro lugar, gostaríamos de saber como e quando começaram estes problemas aqui na fábrica.

ou: virou a aldraba para cima dos outros sócios.

E. S. — Mas ele não tinha lucros porque? Má gerência?

— A partir de Fevereiro, a pretexo de que não tinham financiamento, paralizou a produção. Depois disso, as massas que ainda havia em depósito foram saindo para o mercado e foram-nos pagando, foram feitos os pagamentos. Mas a breve trecho, param os pagamentos porque as massas deixaram de sair, deixou mesmo de haver massa ou matéria prima em stock. Entretanto surge o 25 de Abril e eles explicam que agora ainda vai ser pior porque os bancos não fazem a produção, não fazem o financiamento. Eles não concedem empréstimos. Bom, e isto foi-se prolongando até Maio, em que não havia pagamentos já há mais de 2 meses.

— Exactamente. Isso foi o que sempre houve: má gerência. Aliás, aliada à má gerência é à margem curta de lucro, tal como o pão e tudo o que se relaciona com o pão. De facto há empresas que tinham subsídios do Estado. Mas estiveram muito condicionadas. Havia um monopólio do fabrico de massas. E isso estava na mão dos compradores: Industrial do Vouga, Nacional, Aliança. Aliás a principal que «deu com a nega» a esta foi a Nacional que era quem lhes concedia o empréstimo. Mesmo estes de cá fabricando e com o que vendiam dava mais ou menos para manter a coisa.

E.S. — Mas vocês nessa altura reivindicaram melhores salários?

Agora à Nacional quando lhes negou o empréstimo, automaticamente ficaram sem ter onde se agarrar, não é? Mesmo agora quando lhes foram pedir empréstimo eles deram-lhes com os pés, porque sendo uma fábrica de massas também já se sabe, é a concorrência.

— Não nem sequer houve reivindicações de ordenados, só nos pagamentos de Junho é que nos aumentaram para o ordenado mínimo.

E.S. — Mas quanto ganhavam antes?

E. S. — Então as principais razões da paralização foram as imposições das outras fábricas e também a má gerência. Agora quando vocês começaram a lutar foram ao Sindicato não foram? Aliás qual é o vosso Sindicato?

— As mulheres cerca de 1700\$00 e os homens à volta de 3000\$00.

— Não chegava a três contos.

E.S. — Mas eles não tinham lucros dos anos anteriores?

— É o Sindicato das Moagens, ligado aos Químicos. Mas eles não fizeram nada. Fomos lá ontem e eles disseram que julgavam que isto tivesse andado, que eles tinham ido de férias, tinham dito a um colega para que ele tomasse conta do caso e como eles tinham ido de férias não sabiam como isto estava a andar. Só depois é que eles se mostraram preocupados com o caso, que iam pôr isso nos escritórios para conceder qualquer coisa para os trabalhadores se...

— Não, isso foi coisa que nunca houve nesta fábrica. Segundo o que eles apresentaram, a empresa nunca teve lucros.

E.S. — E a empresa não tinha subsídios do Estado?

— Não, durante 7 ou 8 anos, o patrão, que nessa altura era sózinho, viveu foi de amortizar dívidas, viveu à base dos credores. E foi por isso que ele se associou...



a Soimi (italiana). O pessoal é contratado a prazo (por 5 meses), que depois pode ser prorrogado (de 1 a 3 meses).

Trabalha pessoal português e muito pessoal estrangeiro

E.S. — As relações entre portugueses e estrangeiros não são muito amigáveis. Parece que já tem havido conflitos...

— Bom, isto já esteve várias vezes para virar em pancadaria. Às vezes tem sido difícil segurar a malta!

E.S. — É só por serem estrangeiros que tem havido conflitos?

— Não é bem assim. Já tínhamos apresentado queixa ao Ministério do Trabalho por demasiada entrada de estrangeiros, em desfavor dos portugueses. O pior é que eles gostam de humilhar o português. Há equipas de 4 trabalhadores, por exemplo. Dois portugueses e dois estrangeiros. Cada um deles vigia um português. Tratam-nos como escravos, eles é que mandam! E sempre a vigiar e a policiar. Nós é que fazemos os piores trabalhos, onde eles não sujam as unhas! Mas agora que viram a nossa força, o ambiente já está melhor...

E.E. — Contem lá como é que isto aconteceu?

A história já vem de trás. Antes do 25 de Abril já tinha havido barulho. A D. S. D. (Alema) acabou por se ir embora. Já então lutámos por garantir o trabalho, mas não conseguimos nada. Os contratos acabavam a 6 de Novembro e nós já esperávamos os despedimentos. Ninguém sabia quantos eram e a quem ia calhar, mas conseguimos descobrir quem eram os 6 camaradas que queriam botar fora. Os trabalhadores viram que tinham de tomar uma atitude.

E.S. — O que é que vocês fizeram?

— Fomos ter com o eng.º Rodolfo de Almeida, que é o director da Refinaria, e perguntar porque é que eles despediam os 6 camaradas. Ele respondeu que «aqui mando eu» e que não tinha que justificar as razões porque eram despedidos. O eng.º também queria saber como é que nós tínhamos sabido os nomes dos 6 camaradas. Ai a malta calou. Isso é cá com a gente. E então antes que eles às escondidas de todos, despedissem os 6 camaradas resolvemos parar o trabalho. Quarta-feira dia 30 atravessou um carro no portão de entrada e não entrou ninguém. Houve reunião com o eng.º Rodolfo de Almeida e o dr. Catarino. Ai já disseram que os



De todos os Grupos Económicos Portugueses, este grupo que domina ou tem interesses em 82 empresas, nas quais se contam 3 Bancos, Seguros, Manufatura de Pneus, Imprensa (4 jornais) várias fábricas de Têxteis e Lanifícios, Imobiliários, etc., foi o que após a grande vaga de reivindicações dos trabalhadores, que se deu a seguir ao 25 de Abril, o que maiores problemas teve.

Assim, analisando as lutas do Mabor (que cremos ter sido a mais prolongada de todas, (quase três meses), Jornal do Comércio e Gel-Mar, chegaram à conclusão que a reacção neste grupo tem uma ampla camada. Por outro lado, é-nos grato verificar que uma justa luta de trabalhadores, conduzida correctamente, com a firmeza daqueles que se sentem unidos convictamente contra a exploração capitalista, poderá demorar bastante tempo (caso da Mabor), tendo até os trabalhadores sem fundos que passar privações sem con-

ta, mas **VENCERAM-NÁ, VENCEM-NAS e VENCE-LAS-ÃO** sempre, desde que usem a sua força imparável, e se comprometem que só os **trabalhadores resolverão os seus problemas**, e não esperem milagres dos magos tecnocratas e demagogos dos Gabinetes.

Temos também o caso da justa luta dos trabalhadores do Jornal do Comércio, que, mantendo-se firmes, viram contredita ao fim de algumas semanas, a necessidade de saneamento dum notório e fami-

gerado fascista que tinham por administrador (Carlos Machado), ao qual apesar das provas evidentes que apresentavam, Miguel Quina o expoente máximo do grupo económico, dava todo o seu apoio, recusando a sua exoneração. No entanto o certo é que, segundo o velho ditado «Deus escreve direito por linhas tortas», os dias 28 e 29 de Setembro, vieram provar sem espécie alguma de dúvida que a razão pertencia aos trabalhadores, pois que, o dito administrador é hoje hóspede do Forte de Casias, relacionado com a intencionada fascista e reacçãoária.

Nesta luta, assistimos também a um facto curioso e inédito. Sabemos que a lei de greve proíbe a greve de solidariedade, mas assistimos à greve de 24 horas da Imprensa diária, exactamente por solidariedade para com os trabalhadores do Jornal do Comércio. Daqui podemos também tirar a ilação de que se as leis não servem os trabalhadores, por injustas e feitas nas suas costas, os

trabalhadores com a sua força têm de passar sobre elas.

Assistimos também, quando desta greve (e isto, sim, é triste), à condenação pública da mesma por parte dum partido político dito dos trabalhadores. Será que centenas de trabalhadores da Imprensa que votaram a greve eram inconscientes e meia-dúzia de reformistas seriam os detentores da verdade?

Na verdade, estes casos não são de despedimentos, mas frente aos despedimentos, temos que ver como outros trabalhadores lutaram, pois o que houver de útil nas suas experiências a nós poderá servir também, pois que nas lutas, temos de nos mentalizar para passar privações, desânimos, calúnias e outros contratempos próprios dum confronto entre o direito ao trabalho e a exploração capitalista.

Mais recentemente, surgiu mais um grave problema numa empresa deste grupo e que nesta altura não sabemos ainda qual o seu desfecho. Referi-

mo-nos à GELMAR:

... Ora como se devem recordar, a GELMAR apresentou fadência. Porquê? Segundo os jornais, má administração, e esta não é de agora, pois que até as contas referentes a 1973, não foram aprovadas. Ora nós sabemos que até há bem pouco tempo, em Portugal, todas as empresas mais ou menos floresciam pois que a exploração miserável que faziam a incapacidade de gestão dos empresários. Assim quando os trabalhadores exigem melhores salários e condições, tentam despedir-nos, alegando dificuldades económicas, mas não vemos esses senhores privarem-se de nada. Mas os trabalhadores não podem deixar-se convencer por esses privilegiados e têm de lutar, lutar até ao fim para acabar com a exploração do homem pelo homem.

Voltando ainda à GELMAR, sabemos qual era seu principal fornecedor de peixe? Era o Companhia Portuguesa de Pesca. Sabem também a quem per-

tencem a C.P.P.? Ao grupo Borges-Quina. Parece sintomática esta relação, não? O que quer esta actuação entre empresas do mesmo grupo dizer?

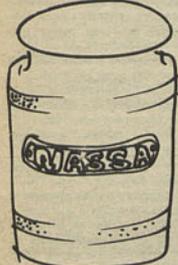
Poderíamos ainda citar as lutas antidespedimento que houve na EUROFIL, vencida pela solidariedade e união dos trabalhadores.

Poderíamos falar da luta dos trabalhadores dos supermercados EXPRESSO.

Poderíamos falar da luta que se está a travar actualmente na STAR — agência de viagens.

Estas as empresas onde os problemas foram ou são mais notórios e do conhecimento mais ou menos público.

Mas podemos afirmar que o Grupo Borges-Quina, com o seu sistema de compadrios e amizades para a nomeação de administradores, está evadido de incompetentes e reacçãoários que nada mais fazem se não levantar as suas dezenas de milhares de escudos mensais, pagos pelos trabalhadores ao serem explorados miseravelmente no seu dia-a-dia.



poderem manter, pois já vamos para 3 meses sem receber.

E.S. — Mas esse Sindicato das Moagens já foi saneado depois do 25 de Abril?

— Já foi, já.

E.S. — Mas, pelos vistos, não têm feito nada de especial

— Pois eles vieram cá uma vez ou duas e depois desligaram-se disto e nunca mais apareceram até que nós ontem fomos lá e pusemos-lhes o caso.

E.S. — E do Governo, dos Ministérios, eles têm ajudado?

— Por enquanto nada. — Eles dizem sempre que enquanto a gerência não mudar eles não fazem nada.

E.S. — Mas vocês já pensaram em o Estado na-

cionalizar isto? O que é que disse o Governo?

— Não, até porque continuamos a viver com as mesmas leis de antes do 25 de Abril. É um regime burguês. Continua a ser. Por isso regem-se por leis burguesas que defendem a propriedade privada. Por conseguinte não é com estas leis que o Governo vai nacionalizar.

— Pois eles disseram que não podiam fazer nada porque não havia leis para isso. O próprio gerente disse que aonde chegaria isto se a gente chegasse a um certo ponto, não é, fechasse a porta e os trabalhadores largassem a trabalhar com a fábrica. Eles aí acabavam: não poderia ser nada assim.

E.S. — E quais são as medidas a tomar para pôr isto a funcionar? O ministro do trabalho tem dado sugestões?

— Não, por agora, nada. O que ele impunha para o financiamento era mudar a gerência. Mas os patrões, que são 9, não se entendem para pôr isto a funcionar. Uns querem pô isto a andar, os outros também mas querem que saiam al guns, e daí que se gere essa luta entre eles, e isto continua parado. O que eles querem é dinheiro, pedir dinheiro.

E.S. — Qual a organização dos trabalhadores aqui na fábrica?

— Há uma comissão de trabalhadores e uma comissão sindical. Até agora têm feito consultas, propaganda e temos feito reuniões.

E.S. — Quais foram as formas de luta?

— Recorremos aonde pudemos, pedir um auxílio para a coisa andar, pois no pé em que isto está, desde o momento em que houvesse empréstimo do produto; a gente trabalhava por nossa conta. O que nós queríamos ver era se conseguíamos empréstimo. Sem ele, nada.

Esta situação de sub-emprego é o que se passa em várias outras fábricas do país que devido à má gerência, esmagamento por parte dos monopólios ou mesmo desvios de fundos, têm vindo a paralizar lançando os trabalhadores a braços com a fome. Depois de tudo o que se tem visto, a solução só surgirá quando os trabalhadores organizados impuseram ao Governo que comece a tomar medidas para pôr a funcionar essas empresas, garantindo assim o salários aos trabalhadores. Que temo conta delas se for preciso. Que controle os bancos e os nacionalize para poder assegurar os créditos. O que não pode acontecer é que os trabalhadores fiquem meses a viver do ar, à espera que suas excelências, os patrões decidam se nudar ou não a gerência como neste caso.

Despedimentos na ITT

Há várias semanas que os operários da ITT vêm lutando contra a empresa a fim de que os despedimentos de 150 trabalhadores e o subemprego para os restantes não se verifique.

Alega a administração uma crise económica mundial; no entanto, os trabalhadores da ITT sabem que essa possível crise dos mercados pode ser forjada pela administração no seu próprio interesse, visto esta unidade industrial trabalhar quase exclusivamente para outras empresas do grupo ITT, acrescentando que se, na realidade, a crise económica existe, ela não é só de agora (como o pôde afirmar o administrador no Ministério do Trabalho ao dizer que se tais atitudes não tinham já sido tomadas era olhando à situação política actual do país). Terão ainda os trabalhadores que agradecer à empresa?

A par desta proposta em negociações, a empresa



criou um aliciente para os operários que queiram apresentar a sua demissão, oferecendo 3 meses de ordenado, 13.º mês e 3 semanas de férias subsidiadas. Com este aliciente a administração pretende criar a divisão entre os trabalhadores e tentar que muitos

apresentem a demissão, sem benefício para os restantes que continuarão na situação de subemprego.

Os trabalhadores opoem-se a esta proposta mas a Comissão Sindical aceita-a, em princípio, tentando contudo uma alteração junto do Ministério

do Trabalho, alteração essa que consiste em aumentar o aliciente criado pela empresa.

Os operários da ITT neste momento aguardam novas conversações entre o Ministério e a Comissão Sindical, continuando a empresa a laborar normalmente.

PERU: UMA REVOLUÇÃO ORIGINAL?

A recente expropriação dos principais periódicos de direita, pelo «Governo revolucionário das Forças Armadas peruanas», invocando que defendiam interesses estrangeiros e não «as causas populares e os interesses do Peru», e as violentas declarações do general Velasco Alvarado contra a S.J.P. (Sociedad Interamericana de Prensa) contribuíram para reforçar a crença de que o Governo peruano é — como se auto-proclama — revolucionário e antiimperialista.

Ainda que existam contradições entre as várias facções das classes dominantes a respeito das condições sob as quais se processa a associação com o capital imperialista internacional, e a atitude que se deve manter face ao proletariado — contradições cuja agudização poderá dar lugar à queda do actual Governo — na ausência o Governo do general Velasco contribuiu para o avanço do capitalismo no Peru, e para o fortalecimento da integração do país na órbita imperialista.

A análise deste processo é feita por Aníbal Quijano num artigo que devia ter sido publicado no n.º 4 da revista «Sociedad y Política», a qual foi encerrada em Setembro de 1973, antes da saída desse número, pelo «Governo revolucionário», o qual expulsou do país, no mês seguinte, os seus directores, Aníbal Quijano e Júlio Cotler.

Atendendo à importância desta análise, «Esquerda Socialista» entende publicá-la, a partir duma curta síntese publicada pela revista colombiana «Teoría y Práctica».

O «Governo revolucionário das Forças Armadas peruanas» surgiu dentro de uma conjuntura política bem definida: por um lado, os aparelhos políticos da burguesia estavam em completa bancarrota, uma vez que tinham perdido as vitórias movimentadas do campesinato, do proletariado e das classes médias assalariadas, decididas a conquistar a autonomia das suas organizações e a libertar-se da tutela do A.P.R.A. (1). Por outro lado, o Exército tinha, sem dúvida, esprechido sangrentamente os movimentos campesinos, enquanto os movimentos dos trabalhadores urbanos, igualmente reprimidos, com violência, ainda não tinham atingido um desenvolvimento político suficiente.

As lutas pela hegemonia política entre as facções oligárquicas e modernizantes da burguesia tinham degenerado numa crise política aberta, frente à mobilização dos oprimidos.

Dentro desta conjuntura, os grupos sociais representados no seio das instituições que exerciam uma autoridade política intermédia na estrutura do poder, o Exército e a burocracia tecnocrata, tinham visto aumentar a sua autonomia, dentro da sua subordinação geral aos interesses do capital. Ao mesmo tempo, estes grupos tinham-se modernizado pouco a pouco e começava a ver-se nelas a influência dos ideólogos, «desenvolvimentistas» (2), então em voga.

Ao tomar conta do aparelho político e administrativo do Estado, por meio do golpe de Estado de Outubro de 1968, estes grupos, que correspondiam às classes médias, dispuseram então de uma certa margem de manobra. Pela sua origem social e pela sua formação «desenvolvimentista», chegaram ao poder impregnados de uma ideologia composta de elementos contraditórios (...). Este facto manifestava-se na vontade de converter o Estado em árbitro imparcial das classes dominantes e dominadas, e das várias facções da classe dominante, tanto à escala nacional como internacional.

Desta forma, o processo político desencadeado pelo golpe de Estado de Outubro de 1968 necessariamente in-



clua impulsos contraditórios. A sua história não pode ser separada das tentativas realizadas para resolver as contradições resultantes do comportamento das diferentes classes sociais e das posições que havia de adoptar o regime frente a cada uma delas, em cada circunstância. Até agora, esta história desenvolveu-se em três etapas principais: primeiro, uma etapa, que tenta a arbitragem entre as classes, na qual a Junta tentou construir uma estrutura de conciliação entre os seus interesses. Esta etapa começou em Outubro de 1968 e durou até meados de 1971. Segundo, uma etapa de deslocamento ideológico progressivo, que finalmente chegou a uma posição «desenvolvimentista» tecnocrática que, com base nas medidas adoptadas na etapa precedente, procurou um modo de integração da economia dependente do imperialismo, assim como a organização de uma nova estrutura política de carácter corporativo. Esta etapa durou até fins de 1972. Finalmente, uma etapa, no curso da qual as contradições geradas pelo processo deram lugar a crescentes tensões, que obrigaram à depuração do conteúdo ideológico e social do regime militar. No decurso desta etapa, as possibilidades e as bases de uma política de arbitragem e conciliação entre as classes chegaram a um limite, assim como a importante margem de relativa autonomia que o regime conseguira conservar face à burguesia, tanto imperialista como dependente. Actualmente, esta etapa chega ao seu termo.

Três elementos principais caracterizam a primeira etapa: Primeiro, o pôr em marcha de um conjunto de reformas cujos limites e formas de aplicação foram inspirados por um



A ÉPOCA DA CONCILIAÇÃO

desejo de arbitragem entre as classes: reforma agrária, reforma industrial e reforma da educação.

Segundo, a importância crescente de uma ideologia de conciliação de classes, expressa na fórmula «nem capitalismo, nem comunismo» e que igualmente afectou a atitude do regime frente à burguesia imperialista.

Finalmente, o esforço para manter as massas dominadas numa situação de desmobilização política, enquanto se aplicavam reformas por meios puramente administrativos e uma acção autoritária-paternalista.

Desde o começo, este último elemento revelou o carácter de classe das reformas empreendidas pelo regime, ao serviço dos interesses do capital. Com efeito, ao impedir as massas trabalhadoras de intervir activamente e efectivamente no processo, o regime trava o seu desenvolvimento político, obtendo que ultrapassem os limites de classe das reformas. Isto mesmo indicava claramente que a finalidade real destas reformas era a eliminação das causas imediatas do conflito social, sobretudo nos meios rurais, e a eliminação das lutas pela hegemonia entre os diversos clãs da burguesia.

Todavia, a ideologia de conciliação de classes, pelo seu carácter utópico, levou alguns sectores «extremistas» a exigir, para que se fizessem os fundamentos de acumulação capitalista, algumas concessões em favor de certos grupos limitados — de trabalhadores rurais e urbanos. É assim que, pese as suas limitações e as suas contradições, a reforma agrária arrancou as últimas raízes de poder das mãos das facções decadentes da burguesia oligárquica, tanto imperialista como dependente, pressa a um sistema de acumulação semi-colonial já inaceitável. Pelo contrário, favoreceram-se os interesses das

facções modernizantes da burguesia imperialista e dependente, que procurava há muito tempo consolidar e expandir um novo modo de acumulação capitalista, baseado na indústria.

Por seu lado, a reforma industrial, ao introduzir a noção de «comunidade de trabalho», procura estabelecer as bases para uma possível conciliação de interesses dos trabalhadores, em nome de uma segunda «interesse nacional» comum a essas classes (...).

Finalmente, a coroação deste «modelo peruano» era um projecto ambicioso de reforma da Educação cuja ideologia específica, elaborada por intelectuais ex-aprístas e social-progressistas, reflectia as contradições inerentes às expectativas destes diferentes grupos, simultaneamente críticos e submissos em relação aos interesses capitalistas. Na prática, este projecto procurava destruir restos de ideologia oligárquica na Educação, reproduzir as formas mais modernas da dominação burguesa, e estabelecer um sistema educacional capaz de formar os técnicos e os profissionais necessários para a nova estrutura capitalista dependente, abrindo este sistema a camadas mais amplas da população.

Os sectores da burguesia agrária e os terratenentes só puderam esboçar débeis protestos. Os outros sectores da burguesia permaneceram passivos. Ao fim e ao cabo, a reforma agrária e a nacionalização da International Petroleum Company eram problemas debatidos desde há muito: a sua solução não poderia atrasar-se, ainda que se chegasse nela por métodos pouco «ortodoxos». Aliás, o aparelho político da burguesia estava em crise; o seu instrumento de defesa, o exército, exercia, de momento, o poder, e a sua vontade de arbitragem, dada a conjuntura, tinha a sua razão de ser.

vez mais entusiasmados ao considerarem-se os inventores de um modelo «peruano» e confiados no perfil do seu projecto de conciliação de classes, com o Estado actuando como árbitro. E tanto era assim que o general Velasco, no seu discurso perante o C.A.D.E. 70, declarou que os interesses do capital e do trabalho não eram irreconciliáveis e que a «comunidade industrial» seria a prova disso; as classes sociais iriam desaparecendo à medida que ela surgisse.

Nesta época, os trabalhadores em geral, não estavam preparados para evitar a confusão política que o vigor da reforma, a predica ideológica do regime, e o reformismo operário-burocrático do Partido Comunista Peruano (P.C.P.) alimentavam. Reprimidos de maneira sangrenta nos campos antes de 1968, os trabalhadores, nas cidades apenas começavam a sair do prolongado domínio ideológico e político do A.P.R.A. e de outros popu-

lismos. A sua principal corrente, o reformismo político, encarnado no P.C.P. e na direcção da C.T.P., peruana, proclamava apoio total ao regime militar.

Todavia, centenas de greves operárias, tiveram lugar durante este período, pedindo a estabilidade de emprego e o aumento dos salários, congelados desde 1968. Exclusivamente económicas, estas greves prepararam uma tomada de consciência, entre as massas trabalhadoras acerca do carácter de classe do regime. A maior parte dos trabalhadores porém estava na expectativa quanto às possibilidades de aprofundar as reformas. Tratava-se de uma espera passiva e, sobretudo, profundamente desconfiada. Esta situação certamente permitia ao regime militar manter os trabalhadores desmobilizados, mas por outro lado impedia qualquer enquadramento político fácil destas massas pelo Governo.

EFICIÊNCIA, ORDEM, PRODUTIVIDADE

A partir de meados de 1971, o regime militar entrou numa segunda fase, caracterizada pelos seguintes elementos principais:

1. Primeiro, um esforço para consolidar, com base nas reformas empreendidas, uma política económica de tendência nitidamente «desenvolvimentista» e tecnocrática, na qual dominavam as marcas da eficiência e produtividade. Segundo, um esforço intenso para persuadir a burguesia imperialista dependente e a burguesia dependente que as novas bases económicas eram muito mais eficazes para o desenvolvimento capitalista, e garantiam uma elevada taxa de lucros. Terceiro, o pôr em marcha de um sistema de controle (de carácter corporativo) dos trabalhadores rurais e urbanos. É assim que aparecem o triste momento obsoleto S.I.N.A.M.O.S. (3), eixo central do sistema, o efémero Movimento Revolu-

cionário del Trabajo, a C.T.R.P., as ligas agrárias e os conselhos de bairros nas povoações marginais (4). E, finalmente, em quarto lugar, o desaparecimento gradual da confusão que entre os trabalhadores, a difusão de uma ideologia de conciliação de classes havia criado. Este fenómeno traduz-se na multiplicação e importância crescente das mobilizações reivindicativas, pela decisão cada vez mais firme dos trabalhadores de conquistar e defender a autonomia de classe das suas organizações, frente às tentativas de controle corporativista. E, finalmente, pela oposição crescente das principais bases sindicais, frente à política oportunista e conciliadora imposta pelas direcções da C.T.P. e do P.C.P.

O primeiro destes elementos reflecte claramente a intenção do regime militar de combater os efeitos da paralização da economia iniciada desde 1967.

NOTAS

1 — O A.P.R.A. (Alianza Popular Revolucionaria Americana), fundada em 1924 por Victor Raúl Haya de la Torre, foi durante trinta anos o mais importante partido peruano de massas. Anti-imperialista nos seus começos, depois cada vez mais populista, o A.P.R.A., transfigurado, está actualmente aliado ao imperialismo e à burguesia.

2 — Desenvolvimentismo: ideologia que faz do crescimento económico a fonte natural e única do bem-estar universal. É a forma «moderna» e tecnocrática da ideologia saint-simoniana.

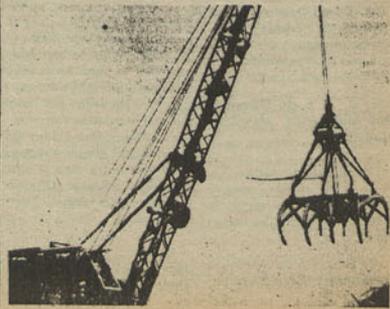
3 — S.I.N.A.M.O.S. (Sistema Nacional de Apoyo a la Movilización Social) criado por decreto-lei em Junho de 1971 e reestruturado em Abril de 1972 tem como objectivo servir de canal de transmissão do Governo e as massas. Pretende integrar as massas por meio da «participação»; comotal, procura substituir as diferentes organizações preexistentes (sindicatos, movimentos de jovens, comissões, rendeiros, etc.).

4 — C.T.R.P. (Central de Trabajadores Revolucionarios del Perú).

O SAGRADO DIREITO DE PROPRIEDADE

Só quando se promulgou a legislação industrial que estabelecia a «comunidade de trabalho» é que a burguesia protestou em argo, chegando a empregar o argumento folclórico do «Sagrado Direito de Propriedade». A «comunidade de trabalho» não incomodava radicalmente os interesses da burguesia, mas a utopia reaccionária da conciliação de classes, que tinha inspirado esta medida, dava a esta «comunidade» algumas possibilidades legais de con-

trolar nas empresas, ao mesmo tempo que uma hipotética propriedade progressiva. Pouco inclinada a despertar a conciliação de classes, a burguesia sabia — e sabe — que, numa economia como a do Peru, tais medidas só provocam tensões e conflitos com os trabalhadores, contra os interesses dos legisladores e seus interesses. Sem dúvida ela não estava em condições de impedir a aplicação desta reforma. Os membros do Poder militar, no seu conjunto, mostravam-se cada





uma distinção necessária

Simpaticante do vosso movimento — que me parece procurar defender os interesses dos trabalhadores sem paternalismos nem dogmatismos — quero, no entanto, fazer alguns reparos ao artigo «Uma outra repressão» do n.º 2 do Esquerda Socialista, embora perfilhe o espírito do mesmo. A certa altura diz: «Abrindo o jornal dia 18 de Outubro de 1974, deparam-se-nos 20 filmes em exibição em Lisboa, metade dos quais exploravam o sexo, isto é mostravam mulheres nuas ou quase nuas em atitudes provocantes, num arremedo de acto sexual».

Metade de 20 faz 10, e 10 títulos são dados na cabeça da página para identificar a tal metade, a saber: «La Grande Bouffe», «Julietta e Julieta», «O Rabo Tatuado», «Malícia», «O Último Tango em Paris», «Colinot», «Sofia e a Educação Sexual», «A Ronda do Amor», «Amor entre Mulheres» e «Os Pecados Inconfessáveis de uma Senhora Bem».

Óra, agrupar no mesmo lote filmes como o «Último Tango» e «La Grande Bouffe» com «Colinot», «O Rabo Tatuado» e outros é, no mínimo, ignorância.

Ignorância grave, porque, pode significar o caminho fácil da incompetência, pois pôr a falar de cinema quem é incapaz de distinguir Bertolucci de Compagnon será o mesmo que pôr a dissertar sobre Socialismo quem não distingue Lenine de Kadaffi. E se me disserem que os efeitos desses filmes são os mesmos porque quer o «Último Tango» quer «Colinot» têm cinquenta, posso lembrar que tanto Lenine como Kadaffi tiveram (e têm) largas audiências. Pondo completamente de parte obras tão importantes para a compreensão da sociedade em que vivemos como «O Último Tango em Paris» «La Grande Bouffe», também duvido que algumas das restantes indicadas mereçam o epíteto de «histórias pornográficas» pois, pelo menos no que se refere a «Sofia e a Educação Sexual» e «Malícia» houve bastantes críticas que as defenderam (embora discordo delas). E o filme de Vadim, que ainda não vi, embora «remaque» de um outro celebre de Max

Opuls, será um filme pornográfico?

Passemos aos «filmes intelectuais», estes embora «um pouco mais limpos» tratam na quase totalidade de problemas da burguesia e na maior parte dos casos de maneira fechada, sem uma linguagem simples acessível às camadas mais modestas». Aqui outro equívoco do articulista que incapaz de apreciar «os chamados filmes intelectuais» os acusa de não desempenharem um papel que gostaria que desempenhassem. Poderia, aliás, de maneira como fez para os «pornográficos», citar títulos, pois seria curioso saber o que seriam filmes intelectuais para quem viu pornografia no «Último Tango», pois quem viu isso não consegue distinguir a Venus de Milo do Zé das Caldas (como jáalgum médimesse). Se a maior parte dos autores de cinema são oriundos da burguesia, é natural e esperável que falem dos problemas que conhecem, isto é, os da burguesia, o que não deixa por isso de ter interesse. Se não utilizam «uma linguagem simples acessível às camadas mais modestas», é porque nem sempre isso é possível, há problemas que pela sua própria natureza não podem ser tratados de uma maneira simples. Seria absurdo criticar-se Einstein por a sua Teoria da Relatividade não ser acessível às «camadas mais modestas» ou Picasso por a sua pintura (especialmente a da última fase) enfermar do mesmo inconveniente. Pretendo isso é ser-se populachoso, porque o defeito não está em Einstein ou Picasso está, por muito que nos custe, nas «camadas mais

modestas». Um equívoco generalizado no nosso país é julgar que a cultura tem que descer às massas quando as massas é que tem que ascender à cultura, até porque elas próprias são portadoras de cultura. A uma senhora que se lhe queixava por não perceber a sua pintura, Picasso perguntou-lhe se percebia chinês, a senhora não sabia, «pois bem isso aprendeu-se» — disse-lhe o pintor. Mas este assunto levar-nos-ia longe até porque seria preciso definir o que seria uma «camada mais

modesta» em relação ao cinema. Talvez o autor do artigo ficasse perplexo se lhe contasse que um filme como «Joana d'Arc» de Dreyer quando estreou no Porto há mais de 40 anos foi rejeitado pela burguesia «cultas» e relegado para um cinema de bairro (no antigo Palácio de Cristal), onde foi um êxito popular antes de ser mundialmente consagrado, muitos anos mais tarde, em 1958, na Exposição Universal de Bruxelas.

Há um problema grave de educação a todos os níveis, educação que em matéria de cinema e pelo cinema (como muito justamente se salienta no artigo em causa) não pode ser feita pelo actual sistema capitalista (oligopolista) da distribuição e exibição. Mas, até o capitalismo ser vencido e uma nova sociedade se poder construir, há que evitar confusões como as já citadas, até porque poderão fornecer cobertura de esquerda para uma nova censura (que alguns desejam). E começar desde já a lutar por curcúritos paralelos de produção, distribuição e exibição que possibilitem alternativas válidas, apoiadas por amplo trabalho de animação cultural no qual os cineclubes terão importante papel a desempenhar.

ANDRÉ DE OLIVEIRA
E SOUSA

O valor de Valadão

Ramiro Valadão não é, decididamente, um homem com sorte. Foi-o, sem dúvida, em tempos que já lá vão, pois de outra forma não devia ter chegado a conhecer a cozinha do «Tavares». Mas perdeu-a toda, inteirinha, na madrugada de 25 de Abril.

Enquanto, à revelia das instituições já então vigentes, Tomás e Caetano se esgueiravam discretamente até ao Brasil — assim se impedindo o inevitável, isto é, que o seu julgamento fosse o processo da direita portuguesa em globo, toda ela mais ou menos profundamente comprometida com o regime deposto — Valadão é pronunciado por furto. Enquanto Barbierio Cardoso, Anibal São José Lopes e tantos outros se espalharam por esse mundo para gozar em paz o que tanto tempo tiveram para ir ameahando, Valadão aguarda na cela que o julgamento por abuso de confiança. Enquanto o juiz Bernardino de Sousa procede como se à sua longa e militante passagem pelo Tribunal Plenário de Lisboa tivesse sido apenas um sonho mau de todos nós, Valadão vê-se acusado de falsificação.

Nada nos leva a pôr em dúvida o bom fundamento do despacho de pronúncia contra Ramiro Valadão. Pelo contrário. Mas temos de admitir que, na sua cela, esse oportunista incompetente, que Marcelo Caetano promoveu à pressa, esteja a lamentar-se sózinho: «Eu, que não estive na P. I. D. E. Eu, que não fui «Viriato» na guerra civil de Espanha. Eu, que não mandei os soldados portugueses resistirem em Goa até ao último homem. Eu, que não mandei matar o general Delgado. Eu, que não fui mais do que o moço de recados do Governo de Caetano, servindo-me da TV para demonstrar que todos os patriotas eram traidores. Eu, que só queria ser comensal do «Tavares». Porquê eu?»

PORQUE EU?

Mas é assim, Valadão. Você foi incompetente, desde sempre. E agora também, na fuga que em 25 de Abril não empreendeu.

Deixe lá Ninguém lhe tira já o bom que a vida lhe deu — e que você conseguiu à custa do mau que a vida impôs a muitos outros e que também já não tem compensação. E, afinal, isto é talvez a sua glória. Você, mediocre e sorrateiro como sempre foi, desqualificado reservista do fascismo, tem agora a oportunidade de se tornar em símbolo dele, por falta de comparsência da equipa principal.

jogo sujo

Temporariamente em Oliveira de Azeméis, chegou-nos às mãos um exemplar do jornal local «A Voz de Azeméis», de 19 de Outubro de 1974, que trazia inscrito de um comunicado do P. P. D. (Partido Popular Democrático) que a seguir se reproduz:

A VOZ DE AZEMEIS, 19 de Outubro de 1974

A greve é proibida

Nos regimes Comunistas e nos regimes Capitalistas-Fascistas

Um comunicado do P. P. D. recentemente publicado, revela-nos:

«O Partido Popular Democrático, congratula-se com o reconhecimento do exercício do direito à greve e lock-out. Tem a História demonstrado ser a greve a forma mais eficaz de defesa dos direitos dos trabalhadores. Numa sociedade onde se reconhece o pluralismo de interesses e posições, ela emerge como meio de luta cuja legitimidade SO NAO É ACEITADA. NOS REGIMES COMUNISTAS E NOS REGIMES CAPITALISTAS-FASCISTAS. E, aliás, esta divergência que tem impedido a O. I. T. (Organização Internacional do Trabalho) de promover expressamente o direito à greve.»

Por outro lado, a greve é, também, factor de progresso social e económico.

2. A inaceitação da greve pelo anterior regime, remeteu os trabalhadores portugueses para uma situação de penúria, quando comparada com a dos outros trabalhadores da Europa Ocidental.

Em Portugal apenas cerca de 50% do rendimento nacional era atribuído às classes trabalhadoras (fracção ainda por cima muito redistribuída) contra, por exemplo, 75% na Suécia.

3. Para além desse efeito, promotor de maior equidade social, a greve constituirá um estímulo à nacionalidade e eficiência das actividades produtivas, pois o crescimento da sua duração cria, conjuntamente com outros condicionamentos, um ambiente de «cautela» aos nossos empresários.

A greve apareceu, também, como meio disciplinar e crítico da capacidade gestora da entidade patronal.

4. O reconhecimento do direito à greve é, pois, um passo extremamente significativo, em relação à situação havida antes do 25 de Abril.

O P. P. D. como partido social democrata que é, considera a greve como um direito fundamental dos trabalhadores. A sua institucionalização como tal, foi por nós sempre reivindicada, numa sociedade que pretendemos em progressiva socialização.

Cinquenta anos de obscurantismo fizeram com que uma grande parte das massas populares sejam joguete dos maiores disparates e bem ou mal arquitetadas confusões. Em nome dos trabalhadores, certas pessoas tudo fazem e tudo dizem. A burguesia a tudo deita mão para defender os seus interesses de classe. Este comunicado é pelo menos passível de dois efeitos:

1. Agressão ideológica
 2. Agressão à inteligência
- E agressão ideológica, porque faz, de forma bem clara, propaganda anticomunista, declarando objectivamente que nas relações de trabalho, comunismo é igual a fascismo, quando afirma (em letras de maior formato) que o direito à greve só não é aceite nos regimes comunistas e nos regimes capitalistas-fascistas prosseguindo deste modo uma campanha já condenada e combatida, até a nível oficial.

E agressão à inteligência porque, valendo-se da falta de esclarecimento e politização dos trabalhadores faz uma afirmação delirante que não resiste à mais simples análise. Não existe nenhuma sociedade comunista. Qualquer pessoa minimamente esclarecida sabe isso. Muito singelamente, pode dizer-se que uma sociedade comunista levará talvez gerações (ninguém sabe quantas) a construir, e isso só depois da tomada do poder pela classe operária. Numa sociedade comunista já foram abolidas as classes, não existem já explorados e exploradores, não existem portanto patrões e servos. Não existe divisão de trabalho capitalista — advogado, general, pedreiro — todos irão até onde for a sua capacidade. A direcção das fábricas será exercida pelos próprios operários, não existe salário, porque a produção é para satisfazer as necessidades da sociedade.

Por isso é diarreia mental, com cheiro a fascismo, pensar que os trabalhadores, que serão a totalidade das pessoas, não fazem greve contra si próprios.

Embora explicitar uma sociedade comunista seja bastante mais complexo, o que disse atrás é próprio de uma sociedade comunista e não de qualquer regime pseudo-socialista ou de qualquer regime onde no Poder esteja um partido comunista, porque não é o nome dum partido que transforma uma sociedade mas sim a luta e, depois, o controlo dos trabalhadores através da ditadura operária.



Constituída a Organização Regional do Baixo Alentejo

Em plenário realizado no domingo dia 10 em Beja estiveram presentes militantes do MES de todo o Baixo Alentejo, foi constituída a Organização Regional desta província e eleito o respectivo Secretariado.

Estiveram presentes representantes da Comissão Executiva Nacional e do Secretariado da Organização Regional de Lisboa.

Antes de se ter dado início à ordem de trabalhos foi aprovada a seguinte moção:

Os militantes do Baixo Alentejo do Movimento de Esquerda Socialista reunidos em Plenário Regional, em Beja, no dia 10/11/74, saudam todos os camaradas, que neste momento, no País ou fora dele, lutam pelo socialismo e pela sociedade sem classes.

A constituição da O.R.B.A. é o corolário do esforço de um, inicialmente pequeno núcleo de militantes que aderiram ao MES, logo após o 25 de Abril e que progressivamente se foi alargando e estendendo à sua acção pelo Baixo Alentejo.

Numa altura em que as condições se agudizam entre o proletariado agrícola e os latifundiários, a formação da O.R.B.A. adquire um significado muito especial.

Sempre os militantes alentejanos do MES deram o seu apoio à luta dos trabalhadores dos campos. Mas a existência do O.R.B.A., juntamente com a O.R.A.A. (Alto Alentejo) vai permitir que esse apoio passe a ter uma coordenação e uma amplitude até agora impossível.

MES EM PORTIMÃO

Continua patente na Feira de Portimão um "stand" do nosso movimento o qual tem sido visitado por centenas de pessoas.

- Braga, R. Abade de Loureira Porto, R. 31 de Janeiro, 150-2.
- Guarda, R. Marquês de Pombal, 65
- Peniche, R. Salvador Franco, 54
- Lisboa, Av. D. Carlos I, 146-1.º dt.º
- Telef. 607127 e 607128 e Rua Garrett, 80,4.º Telef. 323621.
- Portalegre, R. da Oliveira, 61
- Beja, Praça da República, 34
- Faro, R. Castilho, 9

Sessão de esclarecimento do MES é ponto de partida para a luta dos trabalhadores suavis.

Na sessão de esclarecimento do MES realizada no passado domingo, dia 3, na freguesia de S. Pedro da Gafanha em Arraiolos, com a participação de 100 trabalhadores rurais, o debate permitiu arrancar com firmeza de luta autónomas dos trabalhadores contra o desemprego nos campos.

Os remédios que as câmaras municipais têm vindo a aplicar no Alto Alentejo contra o desemprego rural são sobretudo as velhas receitas das obras públicas. E, nesta freguesia uma obra da Câmara ia ser entregue em regime de empreitada a um empresário de Évora que daria emprego a no máximo 4 homens.

Em S. Pedro há contudo 3 dezenas de desempregados... Da discussão deste problema na sessão do MES nasceu a determinação dos trabalhadores impedi-rem essa obra a exigir que ela fosse feita, sem máquinas, empregando todos os desempregados. Formou-se então uma comissão de luta contra o desemprego que apresentou a reivindicação à Comissão Administrativa de Arraiolos, e lhe deu conta da disposição firme dos trabalhadores e a verem satisfeita.

Conseguida esta pequena vitória, a comissão orienta agora o seu trabalho para a imposição aos proprietários de empregarem todos os trabalhadores.

MANIFESTAÇÃO EM AVEIRO

Por iniciativa conjunta do PS, PC, MDP e do MES através do seu núcleo de Aveiro, foi convocada uma manifestação da população do Vale do Vouga para reivindicar o regresso do comboio da região cujas viagens tinham sido extintas pela CP.

No seu comunicado o MES de Aveiro convide os camponeses, estudantes e operários a solidarizarem-se com a justa reivindicação dos trabalhadores daquela região, devendo os trabalhadores reivindicar desde já um meio de locomoção tecnicamente adequado que esteja apto para evitar eficazmente os incêndios gravosos e as desastavosas florestais com que a CP «premiava» frequentemente a população do Vale do Vouga.

Como a imprensa diária noticiou, esta manifestação teve a presença de milhares de pessoas.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO REALIZADAS

Integradas na homenagem a Carlos Marighella por iniciativa do MES, LUAR e MSP, além de Lisboa conforme já noticiámos, realizaram-se colóquios no Porto na Cooperativa do Povo Português na passada terça-feira dia 5 com cerca de 900 pessoas e nas Caldas da Rainha no salão do Casino do Parque na sexta-feira dia 8, com cerca de 150 pessoas.

Ainda nesse dia em Peniche realizámos uma sessão de esclarecimento pelas 21 e 30 no Salão Atlântico com a presença de 100 pessoas que se debruçaram sobre «o que é o socialismo».

PRÓXIMAS SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

O MES realiza sessões de esclarecimento nos próximos dias:

— 4.ª feira dia 13 pelas 16 horas no Instituto Industrial do Porto

— 6.ª feira dia 15: de tarde no liceu de Penafiel; em Baçaim (Rio Tinto) na Ass. Cultural Amor e Luz; pelas 21 e 30 na Trofa debate sobre economia

— sábado dia 16 pelas 21 e 30 em Valeformoso (Covilhã)

— domingo dia 17 pelas 15 horas no Salão Paroquial da Pastelaria (Porto).

VERTICAL e ACUTILANTE!

Esquerda Socialista saída o aparecimento de um novo jornal sindical, «O Fusos», órgão do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis de Lisboa, Lanifícios e Vestuários do Sul.

Do editorial transcrevemos:

1 DE NOVEMBRO DE 1974

(...)Entrado o ano de 1974, o custo de vida continua a aumentar e logo em Fevereiro os Sindicatos lançaram um processo que se pretendia viesse a culminar com a reivindicação dum aumento salarial em 1 de Maio de 1974.

Esta reivindicação veio a ser concretizada no decorrer do mês de Abril com a exigência de um aumento geral e igual para todos de mil escudos por mês.

Entretanto e no dia em que se completavam 4 anos com a direcção (dá nossa confiança) à frente do nosso Sindicato (25 de Abril), o fascismo caiu. Com a sua queda melhores condições de luta se criaram e foram aproveitadas por nós, que prosseguindo a luta conseguimos os 1000\$00 de aumento, o que veio a fixar em 3500\$00 o salário mínimo dos Lanifícios.

Entretanto, aos Lanifícios juntaram-se na mesma luta os Têxteis, as costureiras e os alfaiates.

Mas nestes sectores a herança deixada pelos sindicatos fascistas era pesada, a desorganização era total e por isso só algumas empresas se conseguiram vitoriosas — algumas muito importantes.

Porém, o nível geral, e que veio a vigorar, foi apenas o salário mínimo nacio-

nal de 3300\$00, para cuja fixação a nossa luta muito contribuiu.

De então para cá temos vindo a lutar cada vez com maior unidade e organização contra os despedimentos e pela melhoria das nossas condições de trabalho e de vida.

E entretanto averbámos uma grande e uma enorme vitória, a construção do nosso novo Sindicato — o Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis de Lisboa, Lanifícios e Vestuários do Sul.

Mas a luta não terminou, vai continuar e cada vez com maiores exigências até que tenhamos conseguido acabar com a exploração e a opressão capitalista que sobre nós se abatem diariamente.

Mas, nós somos agora mais de 30.000 trabalhadores e não é fácil estabelecer um modo de comunicação entre a direcção e todos os camaradas e entre todos nós.

É para preencher esta lacuna que surge o nosso jornal e como não podia deixar de ser surge em 1 de Novembro de 1974.



Estamos convictos de que «O Fusos» vai ser uma arma eficaz nas nossas mãos. De todos nós depende que o seja. Para já uma garantia:

Vai ser VERTICAL

Vai ser VERTICAL como um fusil!

Uma nova época se inicia na vida do nosso Sindicato e estamos certos que continuaremos a avançar resolutamente para a resolução de todos os nossos problemas e contra a exploração capitalista.

O MES SAIU DO MDP

Depois da participação de militantes do MES nas Jornadas Democráticas, parece não ter ficado suficientemente claro para alguns se de facto o MES continuava ou não no MDP.

Como decorre do comunicado de 28-10-74 da C.P.N., o MES, enquanto organização política, e os seus militantes e aderentes, não permanecem no novo partido.

Dizia-se no comunicado citado: «A partir do momento em que o MDP se transforme em partido, será obrigado a definir uma linha política que se sobrepore, ou distinguirá das já existentes e necessariamente excluirá todos aqueles que com ela não se identifiquem. Assim não parece possível obviar a que o MDP transformado em partido tenha que excluir estes militantes com convicções partidárias divergentes.

Evidentemente que o MES não se opõe à constituição de mais um partido, (...) mas não poderá os seus militantes continuar a participar nesse novo partido político».

Daqui naturalmente resulta o facto do MES ter abandonado o MDP, e, conseqüentemente, os seus militantes.

COMUNICADO DO "ESQUERDA SOCIALISTA"

Todos os colaboradores do jornal «Esquerda Socialista» (direcção, redacção, administração e gráficos), clientes de que é manifesta a discrepância entre a notícia «Polícia dispersa sobre manifestantes», inserida na última página do seu número 4, e o comunicado da Comissão Executiva Nacional do M.E.S. de 6-11-74 sobre os acontecimentos suscitados no passado dia 5, pelo comício do C.D.S.,

esclarecem que aderem incondicionalmente à tomada de posição da referida Comissão Executiva.

A circunstância da publicação da citada notícia, escrita e impressa à última hora, corresponde a uma posição puramente individual que, não pôde, por falta de tempo, ser sujeita ao debate colectivo. A este debate, efectivamente, só o texto divulgado pela Comissão Executiva corresponde inteiramente

Composto e impresso Resurrecção Gráfica, S. A. R. L. Rua Luz Soriano 44 - Lisboa Distribuidores «O Bêco»

Assinatura 6 meses - 65\$00 12 meses - 125\$00 apoio - 250\$00

Estrangeiro (Europa) - 250\$00

Nome

Morada

Profissão

Admin/redacção provisória: Rua Garrett 80-4 Lisboa Tel. 323621